



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da  
revista Psicologia Ciência e Profissão**

Mestranda: Andréia de Araripe Lopes

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andréa Vieira Zanella

Linha de Pesquisa:  
Práticas Sociais e Constituição do sujeito

Florianópolis  
2005

**Andréia de Araripe Lopes**

**O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações  
da revista Psicologia: Ciência e Profissão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella

Florianópolis, novembro de 2005.

*Da contradição*

*Se te contradisseste e acusam-te ... sorri.  
Pois nada houve, em realidade.  
Teu pensamento é que chegou, por si,  
Ao outro pólo da Verdade ...*

*Mário Quintana*

*Dedico este trabalho a todos os mestres da minha vida, pessoas que ensinaram tudo que sei, minha família, meus professores, meus alunos, meus amigos e, especialmente, a Caluca que me ensinou a compartilhar e amar.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores da pós-graduação da UFSC, Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito, Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago, Profa. Dra. Maria Chalfin, Profa. Dra. Maria Juracy Toneli, Prof. Dr. Sérgio Scotti, pela dedicação e pela troca rica e intensa. Agradeço especialmente a Profa. Dra. Dulce Helena Penna Soares, quem me deu a primeira acolhida, a Profa. Dra. Kátia Maheirie e ao Prof. Dr. Kleber Prado Filho pelas preciosas colaborações na ocasião da qualificação.

Minha mais profunda gratidão a minha orientadora, Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella, pela generosidade, disponibilidade, carinho e apoio irrestrito, tão fundamentais nessa caminhada. Muito obrigada! Sua competência, capacidade de trabalho e dedicação ainda me surpreendem.

Agradeço a Profa. Dra. Cleci Maraschin e, mais uma vez, ao Prof. Dr. Kleber Prado Filho pela disponibilidade em participar da banca examinadora e pelas pertinentes e enriquecedoras contribuições feitas nesta ocasião.

Ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) representado nas pessoas do Dr. Odair Furtado e Sra. Yvone agradeço a prontidão em responder às minhas solicitações e todo o auxílio prestado para a viabilização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, companheiros nesta trajetória, meu muito obrigado, principalmente a Mestre Letícia Lira por me acolher carinhosamente em sua casa, ao Mestre Maurício Campos por ouvir meus desabafos, agüentar minhas crises me fazendo rir de mim mesma e a Mestre Maria Fernanda Diogo sempre me encorajando a seguir em frente, lendo pacientemente meus textos sugerindo e apontando novas possibilidades.

Finalmente expresso minha gratidão à companheira e cúmplice, Mari, por suportar meu péssimo humor e sempre, sempre oferecer apoio e carinho incondicionais. Todos foram essenciais para que eu pudesse concluir este trabalho, mas sem você, Mari, eu não teria nem começado!

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	viii
<b>Abstract</b> .....	ix
<b>1. Introdução</b> .....	1
<b>2. Fundamentação teórica</b> .....	5
2.1. Atividade Humana e Compromisso Social .....	10
2.2. A História do Compromisso social na Psicologia .....	15
2.2.1. O compromisso social da Psicologia na História do Brasil .....	15
2.2.2. A História do compromisso social da Psicologia no contexto mundial.....	19
2.2.3. O compromisso social da Psicologia anunciado em publicações bibliográficas recentes .....	21
<b>3. Método</b> .....	25
3.1. Os Documentos Analisados e os Critérios para Seleção .....	28
3.2. Procedimentos para Análise dos Dados .....	32
3.2.1. Descrição das Categorias de Análise .....	39
<b>4. Resultados</b> .....	45
4.1. Revista Psicologia Ciência e Profissão: Seu Histórico e Principais Características.....	45
4.1.1. Periodicidade .....	45
4.1.2. Tiragem.....	47
4.1.3. Normas .....	48
4.1.4. Informações gerais .....	50
4.1.5. Temáticas .....	53

4.2. O Compromisso Social dos Psicólogos Brasileiros nos Textos Analisados.....	55
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>88</b>
<b>6. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>92</b>
<b>7. Lista de Figuras</b>	
Figura I - Filiação Institucional .....	56
Figura II - Tipos de Textos .....	59
Figura III - Lócus do Trabalho/Pesquisa .....	64
Figura IV - Público Alvo .....	67
Figura V - Principal Tema em Foco .....	73
Figura VI - Referencial Teórico .....	78
Figura VII - Objetivo do Trabalho/Pesquisa .....	83
<b>7. Apêndice.....</b>	<b>106</b>

## RESUMO

O objetivo desse estudo foi investigar o compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, uma publicação do Conselho Federal de Psicologia. Buscou-se verificar quais as direções que assume o compromisso social dos psicólogos brasileiros, uma vez que consideramos que esse compromisso social não é único, mas ocorre num processo complexo de ambigüidades e contradições. Tratou-se de uma pesquisa documental cuja análise foi empreendida via articulação do conceito de compromisso social com aspectos da história da Psicologia. Foram lidos todos os artigos (429) para seleção daqueles que discutiam a prática profissional do psicólogo (120) e finalmente desses foram selecionados aleatoriamente 26 textos para a realização da análise, que foi feita com a técnica de análise de conteúdo. Concluímos que o compromisso social do psicólogo brasileiro caracteriza-se pelo movimento de discordância e contradição, convivendo simultaneamente, no interior de um mesmo trabalho, teorias ou práticas psi direcionadas ao mesmo tempo para a transformação da sociedade em direção a uma ética universal voltada para emancipação e para a manutenção da ideologia dominante reprodutora da dialética exclusão/inclusão social. Foi possível também constatar que houve uma mudança na concepção que os psicólogos fazem dos sujeitos e, conseqüentemente, dos fenômenos psicológicos nas últimas décadas: estes passaram a ser entendidos como constituídos de modo concreto, histórico e social, considerando-se a mútua relação sujeito/sociedade. Porém, se esta mudança não gerar novos referenciais teóricos e novas perspectivas de intervenção, pode servir para escamotear diferenças significativas que caracterizam a diversidade da psicologia e que a aproximam ou distanciam do modo de organização social vigente.

Palavras chaves: história da psicologia, compromisso social, práticas psi, psicologia e política



## ABSTRACT

The objective of this research was to investigate the Brazilian psychologist's social compromise evidencing publications in the magazine *Psicologia: Ciência e Profissão*, published by Conselho Federal de Psicologia. We searched to verify what is the psychologist's social compromise. Once we consider the social compromise is not the only one and development in a complex process of ambiguities and contradictions. It did a documental search whose analyze had been done by social compromise concept with history Psychology aspects articulation. It read all articles (429) to select that who discussing the psychology's professional work (120) and finally 26 texts were selected aleatory to analyzes realization using the content analyze technique. We concluded that Brazilian psychologist's social compromise characterize towards disagreement and contradiction, doing at the same time in the same work, theories or psy act directly at the society transformation to a universal ethic to human emancipation and to maintenance of dominant ideology reproductive exclusion/inclusion dialectical. We can assert that there was a modification in a psychology concept, related to subjects and, consequently, about the psychology phenomenon during last two decades: these passed been understand like constitutes by concrete, historical, considering the social relation subject/social. Despite we consider this modification a development, if don't cause new perspectives of intervention modes and new ideological references it can serve to disguise the signify differences who characterizes the psychology diversity and close up or aloofness from organization society modes.

Key words: psychology history, society compromise, political, psychology interventions, psychology and politic.

## INTRODUÇÃO

A idéia de realizar essa pesquisa surgiu do interesse em conhecer o compromisso social dos psicólogos brasileiros - categoria profissional na qual me encontro duplamente imbricada, como psicóloga e docente – nas duas últimas décadas do século XX no Brasil. Nas sociedades contemporâneas, onde tanto os discursos quanto as práticas sobre o compromisso social assumido por cada cidadão vêm crescendo e atingindo proporções cada vez maiores, a Psicologia também passou a ser questionada sobre o compromisso que assume frente à sociedade, impelindo os psicólogos a repensarem sobre a concepção de ciência em que afirmam e sustentam suas práticas profissionais.

Entendemos que todo profissional assume algum tipo de compromisso com a sociedade, mesmo quando adota o discurso da neutralidade, pretensamente isentando-se desse compromisso. Isso porque, como afirma Paulo Freire (2002), para seres históricos, não existe neutralidade, pois aquele que aparentemente ocupa uma posição neutra, onde os conflitos não ocorrem e as diferenças desaparecem, está na verdade assumindo um compromisso com aquilo que já está estabelecido, com os limites e regras vigentes e com os próprios interesses.

Contudo, a Psicologia nasceu e foi criada sob o falso pressuposto de ciência neutra, predominante na época de sua emergência. De certa forma, essa crença é alimentada até hoje por parte dos psicólogos que defendem que a psicologia é uma ciência imparcial. Como consequência, esclarece Patto (1995, p. 09 – grifos da autora), ao aderir ao mito da neutralidade, “a Psicologia cancelou a *visibilidade* de sua índole política, mas não a vocação política de suas teorias e práticas, tanto mais eficazes como ação política quanto menos se dão conta disso”. Ainda recorrendo à Patto (1995), afirmamos que os psicólogos, queiram ou não, e geralmente não querem, saibam ou não, e geralmente não

sabem, fazem política o tempo todo, pois exercem poder sobre outros, via discurso da ciência psicológica.

A ciência psicológica, portanto, assim como outras ciências sociais, possui em suas técnicas de ação e em seus fundamentos teóricos, todo o arcabouço necessário para aplicar a mais poderosa modalidade de poder social: o poder ideológico<sup>4</sup> (Patto, 1995). Contudo, os referenciais teóricos que sustentam a Psicologia enquanto ciência e profissão não orientam explicitamente o psicólogo na direção de qual compromisso assumir, ou seja, de como utilizar desse arcabouço de teorias e técnicas que tem a seu dispor, em um pólo, temos a transformação social, num outro pólo, a manutenção da lógica social dominante, caracterizada por um profundo abismo sócio-econômico e cultural que se objetiva em condições de vida extremamente dispare, além de todas as outras infinitas possibilidades existentes entre esses dois pólos de uma mesma escolha.

O profissional não é, pois, uma entidade que por razões estranhas tem poderes de salvação ou opressão, mas é alguém que detém algum tipo de conhecimento obtido em sua formação que o instrumentaliza e o capacita profissionalmente, imputando-o a responsabilidade no uso deste conhecimento. Paulo Freire (2002) esclarece que as técnicas das quais o profissional faz uso são os instrumentos mediadores de sua atividade e não um fim em si mesmas, pois:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma das três modalidades do poder social, que juntamente com o poder econômico e o poder político, auxiliam o Estado com seu aparato ideológico e repressivo a garantir e manter interesses dominantes. Segundo Patto (1995) o poder político é o poder que um homem exerce sobre outros homens e baseia-se na coação física sendo monopolizado pelo Estado. Das três modalidades de poder, a mais difícil de resistir e de perceber é o poder ideológico que, de maneira sutil, doméstica e torna dispensável o uso da força física, sendo assim uma poderosa forma de ação política presente no contexto das ciências psicológicas.

homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional, servindo, numa inversão dolosa de valores, mais aos meios que ao fim do homem. Não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas a da minha escravidão às técnicas, que, sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras. (Freire, 2002, p. 20)

Há muito que a amplitude de alcance da ação do psicólogo ultrapassa os limites do consultório e adentra nas escolas, organizações, instituições e comunidades. Por meio de sua prática profissional, trabalhando com os sujeitos tanto individual quanto coletivamente, o psicólogo é confrontado com o propósito do posicionamento ético e político de seu projeto profissional. Cabe então ao psicólogo, enquanto trabalhador social, escolher o caminho a trilhar considerando as condições objetivas dessa escolha.

As condições de vida da população brasileira e mundial estão se deteriorando, pois a grande maioria das pessoas em todo mundo é submetida a uma realidade de pobreza. O cotidiano dessas pessoas tem gerado nelas sofrimento psicológico. Essa realidade é evidenciada nas ruas, nas escolas, através dos meios de comunicação e invade os contextos em que o psicólogo atua, sendo impossível para os profissionais da área ignorar as condições históricas e sociais em que os sujeitos vivem. Baseada nesses argumentos, Bock (2002) afirma que “a Psicologia vem se transformando e vem se aproximando de visões concretas e históricas, abandonando as visões naturalizantes que ainda caracterizam nossa ciência e nossas técnicas” (p. 06).

Talvez aquele que leu essa breve introdução possa já ter concluído que o compromisso social do psicólogo está, e sempre esteve, ligado à manutenção das formas de poder dominante, no entanto tal conclusão é precipitada, visto que “fazer ciência é ir além das aparências. Para isso é preciso que eu desconfie delas, que elas não sejam

compreendidas facilmente. No começo do conhecimento há sempre uma desconfiança e no fim há sempre uma decepção” (Figueiredo e Santi, 2002, p. 47). Decepção, pois a “pesquisa remete-nos a um processo inacabado e contínuo que exige uma postura de busca permanente, seja no campo teórico, seja no metodológico” (Spink, 2000, p. 65), tornando-se simultaneamente um processo interminável de conhecimento e auto-reconhecimento.

Sendo assim, seria mais apropriado falar que a psicologia científica ocorre na contradição social, onde “(...) todo saber social – inclusive o saber da Psicologia – é produzido em função e na luta que se trava em nível econômico, político e ideológico entre as classes fundamentais” (Campos, 1983, p. 82). Portanto, apesar do seu legado de ciência neutra, dissonâncias e resistências ao modelo hegemônico possivelmente encontram guarida no terreno das práticas psicológicas, especialmente nas últimas décadas na medida em que ocorreram mudanças significativas no cenário social, político e econômico mundial e brasileiro.

Para compreendermos o impacto dessas mudanças nas práticas psi, mais especificamente em relação ao compromisso social dos psicólogos, optamos por realizar uma pesquisa documental nos artigos da revista *Psicologia Ciência e Profissão* editada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), órgão regulador das atividades da categoria em todo território nacional.

Pensamos que essa pesquisa pode colaborar com a reflexão sobre as práticas psicológicas e o compromisso social do psicólogo, podendo ainda auxiliar no debate social e na reflexão dos próprios psicólogos e estudantes de Psicologia acerca do projeto profissional-social que estão dispostos a construir.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Toda atividade humana é uma ação política produtora de significados na sociedade, que se materializa em produtos sociais e caracteriza o ser humano como ser social e histórico. Desta forma, o tema que pretendemos desenvolver aqui conduz à necessidade primeira de trazer ao debate qual a concepção de ser humano em que se pauta esta pesquisa.

Partimos de uma perspectiva dialética de compreensão dos seres humanos e das relações sociais que estabelece, sendo sua existência constituída dialeticamente por condições materiais historicamente produzidas. O sujeito é aqui tomado em movimento, na história, em suas relações. Seres humanos, história e natureza se condicionam reciprocamente e são por isso aspectos inseparáveis (Marx e Engels, 1989). Buscamos, pois, promover o diálogo entre autores que compartilham dessa mesma compreensão de ser humano para apoiar e explicar essa condição de mútua constituição entre sujeito e sociedade.

Conforme sintetiza Zanella (1995), tomando como referência “A ideologia Alemã”, “o homem é tido como ser social, como sujeito histórico, produto do contexto social no qual se insere e, concomitantemente, produtor desse mesmo contexto. O homem é, pois, **produto e produtor de história**, numa perspectiva dialética”(p. 188 - grifos da autora). Acrescentamos às palavras de Zanella a afirmativa de Frigotto (1994) em relação ao sujeito em Marx. Segundo esse autor, o processo de constituição do ser humano, entendido como sujeito histórico e social, resulta da unidade de três elementos fundamentais e diversos: natureza, indivíduo e relação, sendo que a natureza e a individualidade são tecidas pela materialidade concreta do conjunto de relações sociais historicamente possíveis.

Nesta perspectiva existem três aspectos, relacionados à atividade humana, que caracterizam o ser humano como um ser histórico, social e cultural, sendo essas: a atividade é orientada conscientemente para um objeto, a atividade é mediatizada pelos instrumentos e a atividade se materializa em produtos sociais e culturais (Duarte, 2000).

Figueira (1987) esclarece que História consiste nos distintos modos de os homens se produzirem, já que também as condições a partir das quais eles se vão produzir são produto do seu trabalho. Desse modo, os sujeitos só podem se produzir nas condições em que, para tal, criaram. A autora ainda acrescenta que a história compreende o sujeito no seu devido momento histórico, o compreende como um dado modo de produzir-se a si próprio. Mesmo as relações nas quais os seres humanos produzem suas vidas não podem ser estabelecidas idealmente, segundo sua única vontade. Contudo, essas relações podem, e o fazem, alterar-se segundo os distintos modos do trabalho<sup>5</sup>.

Fica evidenciado no trecho acima o caráter dialético constitutivo do ser humano e que se estabelece entre as relações humanas, história, natureza e trabalho. Em uma perspectiva dialética de sujeito, não há nada humano que exista antes do trabalho; não existe nenhuma necessidade antes de ser pelo trabalho, produzida como *necessidade humana*, inclusive o pensamento. Se o ser humano pensa, é porque se produziu como ser que pensa. Seu pensamento é, portanto, produto do seu trabalho (Figueira, 1987, p. 07).

A atividade humana – o trabalho - é o fundamento principal pelo qual o ser humano produz a realidade objetiva que, ao ser por este produzida, é portadora de características humanas e, por ser portadora dessas características, objetiva o sujeito ao mesmo tempo em que ele, dela se apropria. Explica Duarte (2001) que atividade de produção é tanto um processo de apropriação da natureza pelo ser humano, como um

---

<sup>5</sup> Estamos nesse projeto utilizando os termos trabalho e atividade humana como sinônimos.

processo de sua objetivação. Todavia, a atividade de produção, além de objetivar o sujeito, também o subjetiva.

O ser humano se relaciona com o objeto via “capacidades individuais” ou “forças essenciais” subjetivas – atividades próprias humanas como: comer, andar, vestir, cheirar, olhar, pensar, fazer, emocionar-se, etc – que não são dadas mas produzidas historicamente. Essa relação subjetivada é, em seu comportamento objetivo, ou seja, em sua relação com a realidade, o próprio processo de apropriação e objetivação do objeto. (Silveira, 1989).

É na atividade humana, portanto, que ocorre a dialética do processo de objetivação e subjetivação do ser humano, donde a subjetivação é o processo de constituir-se humano pela ação objetivada. Contudo, a apropriação e transformação ou a utilização de um objeto, jamais se realizam à revelia das condições objetivas originais desse objeto, mas são - apropriação e transformação - por elas - condições objetivas – determinadas além de serem também determinantes.

É importante ressaltar que a objetivação também resulta em produtos que não são objetos físicos, como o conhecimento (Duarte, 2001). Ou seja, o conhecimento, as descrições e explicações do mundo são produtos da objetivação e transformadas pela ação humana sob condições determinadas. Conseqüentemente, são produtos e produzidas histórica e socialmente, portanto consideradas fenômenos históricos e sociais e não fenômenos naturais. Com efeito, “a forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflecte muito exactamente aquilo que são. O que são coincide, portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo *que* produzem como com a forma *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção.” (Marx e Engels, 1989, p. 19 - grifos dos autores). Condições essas que foram dialeticamente produzidas por eles, sendo que essa produção pode ser tanto de objetos físicos quanto de interpretações que fazem do mundo. Assim, o ser humano é, individual e



coletivamente, o que ele fala e como ele fala; o que ele produz de conhecimento e como ele produz esse conhecimento, sempre entendendo que isso ocorre de acordo com a condição histórica e social em que se dá sua existência. Resumindo, o sujeito se constitui historicamente via atividade produtiva, num processo inacabado de subjetivações e objetivações, qual seja, a própria dialética da humanidade e da história.

Duarte (2001) aponta que os processos de apropriação e objetivação permitem a possibilidade do desenvolvimento histórico justamente pelo fato de que a apropriação da realidade gera, na atividade e na consciência do ser humano, novas necessidades e novas forças, faculdades e capacidades, pois uma vez que o processo de objetivação cria uma realidade objetiva humana, adquire características sócio culturais, acumulando a atividade de gerações de seres humanos. Acrescenta esse autor que essa é a razão pela qual a dialética entre objetivação e apropriação é considerada como aquela que constitui a dinâmica fundamental da historicidade humana: cada processo de apropriação e objetivação gera a necessidade de novas apropriações e novas objetivações.

A objetivação da atividade humana pode gerar a criação de algo novo, um novo instrumento ou um novo objeto, ou pode ser simplesmente a reprodução de algo já existente. Na própria reprodução, porém, um objeto pode receber novos significados, novas formas de utilização ou serem descobertos aspectos para seu desenvolvimento. Torna-se assim praticamente inviável distinguir aquilo que é absolutamente novo daquilo que é repetição. “Isso já nos mostra que a objetivação e a apropriação como processos de reprodução de uma realidade não se separam de forma absoluta da objetivação e da apropriação como produção do novo”(Duarte, 2001, p. 22). Sendo assim, se pensamentos e idéias são produtos de objetivações e passíveis de apropriação, então as pessoas podem se apropriar tanto de idéias transformadoras e libertadoras quanto de idéias de dominação, sendo que ambas constituem formas de objetivação. “Em outras palavras, o processo de

apropriação não existe numa forma única, podendo apresentar-se também como um processo superficial, unilateral e distorcedor” (Duarte, 2001, p. 128).

Marx e Engels (1989) afirmam que são os sujeitos determinados dialeticamente, com uma atividade produtiva que se desenrola de um certo modo, que estabelecem relações sociais e políticas determinadas. Portanto, a estrutura social e o Estado resultam do processo vital de indivíduos determinados, da forma como atuam sob determinadas condições. Contudo, para conhecermos o elo existente entre a estrutura social e política e a produção, é necessário a observação dos fatos. Ou seja, quem, como e em quais condições se desenrola uma determinada atividade produtiva. Sujeito, contexto histórico, relações e espaços são continuamente transformados como resultado da atividade dos próprios sujeitos.

A produção de ideais, a consciência e o comércio intelectual da humanidade, acrescentam Marx e Engels (1989), estão intimamente ligadas às relações objetivas dos próprios seres humanos. A produção intelectual (leis, moral, política, religião, ciência) surge como emanção direta dessas relações. São os sujeitos que produzem as suas idéias, os sujeitos tais como são determinados pelo modo de produção da sua vida objetiva, pelo seu comércio e o seu desenvolvimento ulterior na estrutura social e política. Resumindo, são os sujeitos em suas atividades de produção, em suas relações produzidas historicamente, que criam e transformam a realidade e o pensamento à sua volta, resultado da objetivação de gerações passadas na estrutura social e política, realidade essa que será apropriada e transformada pelas gerações presentes e futuras em um processo contínuo de objetivações e subjetivações.

## Atividade Humana e Compromisso Social

De acordo com o que foi aqui dissertado, podemos entender que o compromisso social é fruto das objetivações dos sujeitos por meio da sua atividade sob determinadas condições. Entretanto, assim como a apropriação e objetivação podem, conforme dito acima, ser um processo inovador e de criação ou um processo de reprodução alienador<sup>3</sup> e alienado, o compromisso social segue o mesmo princípio. Alguns autores<sup>4</sup> entendem o compromisso social como uma preocupação ou ação direcionada necessariamente à transformação social, identificado com o engajamento na superação das necessidades objetivas e/ou subjetivas do ser humano, da natureza ou da sociedade. Contudo, tal concepção carrega em si a naturalização desse conceito e o ocultamento do conteúdo ideológico<sup>5</sup> nele presente. Conforme aponta Camino (2003), existe um comprometimento ideológico por traz de todo conceito, podendo esse se apresentar de forma explícita ou implícita. Assim, o conteúdo ideológico está presente na construção e na utilização de todo e qualquer conceito dentro das ciências, com maior ou menor grau de consciência de quem dele se apropria. Dessa forma, o compromisso social pode ser entendido dentro de várias concepções, como por exemplo, à serviço da transformação social em direção a uma ética universal voltada para a emancipação humana ou à favor da manutenção das condições perversas e desiguais existentes na sociedade, sendo que a compreensão e utilização de qualquer uma das formas depende da ideologia que contém e está contida

---

<sup>3</sup> “A alienação é o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem algo, dão independência a esta criatura como se ela existisse por si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si e por si mesma (...) a ação sócio política e histórica chama-se práxis e o desconhecimento de sua origem e de suas causas, alienação” (Marx, 1989, p. 170).

<sup>4</sup> Caniato (2001), Rey (2001), Guareschi (2001), Blanco (2001), Sivieri (2001), Lehman (2001), Tomanik (2001), Martínez (2001), Bock (2001), Drawin (2003).

<sup>5</sup> Marx (apud Chauí 2001, p.28) conserva o significado napoleônico de ideologia, sendo esta um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação real com a realidade, ou seja, um ideólogo apropria-se de um aspecto da realidade, converte esse aspecto em idéia universal e deduz todo o real a partir desse aspecto.

nesse conceito. Reiteramos porém que o entendimento de compromisso social não se limita a essas duas possibilidades, pelo contrário, as extrapola.

O termo “transformação social” significa para nós toda ação voltada para a emancipação dos seres humanos e engajada socialmente na melhoria das condições de vida da população segundo demanda dessa mesma população. Para Sawaia (2002), a ação transformadora atua no sentido das necessidades ético-afetivas, na valorização da diversidade de necessidades e sofrimentos e, conseqüentemente, evita o modelo único, uniformizante, nas reflexões teóricas e nas políticas públicas. A autora ainda acrescenta que ação transformadora significa uma atitude ética e estética<sup>6</sup>, uma preocupação tanto com as questões públicas quanto com o sofrimento, porém sem eximir o Estado<sup>7</sup> da responsabilidade, donde, no plano da práxis, significa “buscar orientações para recriar, neste mundo diminuído, desenraizado e desumanizado pela tecnociência, novos espaços de representação democrática das necessidades humanas (...) com potencialidade de ação e emoção (...) onde todas as necessidades possam ser defendidas com competência e legitimidade” (p.24). A mudança como vista aqui, privilegia a consolidação do processo de democratização, a garantia dos direitos humanos, o fim das desigualdades sociais, a desnaturalização das formas com que são tratadas as práticas discriminatórias, provém níveis de proteção que garantem o exercício da cidadania<sup>8</sup>, possibilitando a autonomia das pessoas. “Nesse sentido, romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a

---

<sup>6</sup> Estética não se situa unicamente no campo das belas-artes, é a própria vida como obra de arte, como modo sentir e de experimentar em comum. Sendo todas as formas musicais, esportivas, de consumo ou religiosos, que sempre tendo existido, em algumas épocas tornam-se mais expressivas. Não obedece aos critérios de bom gosto da burguesia mas, favorece a um cuidado de si próprio, um estar junto, um partilhar com o outro o uso dos prazeres em detrimento ao ideal societário (Maffesoli, 1995) e ética é a preocupação com bem viver do mundo (Sawaia, 2002).

<sup>7</sup> “No início de século XVI, quem primeiro utilizou e [sic] denominação do *Estado* (Stato) para referir-se ao poder político organizado” (Maquiavel apud Petersen, 1998, p. 53 – grifos do autor). O liberalismo fundamenta-se na idéia de que o Estado objetiva a realização do bem comum e é neutro. Já o marxismo, enfoca que os interesses da sociedade de classes são antagônicos, inviabilizando a realização do bem comum ou a neutralidade do Estado (Petersen, 2002).

<sup>8</sup> Segundo Camino (2003), cidadania é a inclusão do indivíduo no exercício pleno de todos os seus direitos.

subalternidade, brutais em nosso país, é um dos muitos desafios colocados” (Wanderley, 2002, pp. 25-26).

Já o termo “manutenção social” denota nesse trabalho a inércia ou uma ação voltada à exploração ou prolongamento do sofrimento provocado a outro ser humano na sociedade. Com efeito, o compromisso com a manutenção social, conforme o compreendemos, está ancorado na noção liberal de sujeito e de Estado. O Liberalismo está fundamentado na idéia de que a condição própria de homem dota-o do direito inalienável de ser livre para desenvolver suas potencialidades inatas, justificando que a desigualdade entre os homens é dada por natureza e, por essa razão, existem situações econômicas, sociais e políticas diferenciadas (Petersen, 1998). O compromisso com a manutenção do status quo vigente, além de manter também reproduz a ideologia burguesa, branca, patriarcal, heterossexual, capitalista e assistencialista, por conseguinte, a ideologia dominante de uma minoria (não das minorias) detentora do poder e do dinheiro na sociedade.

Com efeito, o direcionamento do compromisso para qualquer sentido é determinado por como o homem se apropria desse conceito e o que ele produz a partir disso determinando assim qual o compromisso assumido pelo psicólogo.

Está na capacidade de atuar, relacionada à capacidade de refletir criticamente<sup>9</sup>, a possibilidade de operar mudanças com responsabilidade com os sujeitos com os quais se trabalha, bem como com a sociedade. No caso do profissional, o ato comprometido é a própria realização da prática profissional. A inércia significa "a neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar

---

<sup>9</sup> Odair Furtado (2003) fazendo alusão ao livro de Marx e Engels, “A sagrada família”, explica que todo conhecimento consolidado se transforma em conhecimento conservador e é preciso pois, exercitar a crítica da crítica crítica, ou seja a crítica sistemática, a dúvida constante. Segundo o autor, em menção ao pensamento de Marx, Freud, Nietzsche, crítica é o desvelamento da verdade.

o 'compromisso'" (Freire, 2002, p. 18-19 - grifo do autor), conseqüentemente, um compromisso com a manutenção social.

Uma vez que entendemos que o compromisso social não se estabelece dentro de uma única perspectivas, mas dentro de variadas concepções pensamos ser relevante a colaboração de Sawaia quando discute o processo dialético exclusão/inclusão, onde a sociedade exclui para incluir e esta transmutação se revela como condição da ordem social desigual, implicando no caráter ilusório da inclusão e no entendimento de exclusão como descompromisso ético-político com o sofrimento do outro (Sawaia, 2002). Essa mesma autora afirma que:

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida com algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (ibid, 2002, p. 9).

Wanderley (2002) esclarece que os valores existentes no mundo excluem as pessoas além de incluí-las para manter o sistema capitalista, de tal maneira que, “o modo de vida do excluído que não consegue ser reincluído (...) compromete sua dignidade, sua capacidade de ser cidadão, sua condição humana, do ponto de vista moral e político” (Verás, 2002, p.40). Sawaia (2002) revela que as políticas econômicas atuais, neoliberais, provocam não políticas de exclusão e, sim, políticas de inclusão precária e marginal, “ou seja, incluem as pessoas nos (...) processos econômicos, na produção e na circulação de bens conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital” (Véras, 2002, p. 39). Apenas um sujeito ciente da sua produção histórica, conhecedor da realidade histórica e social pode ser capaz de ações transformadoras que também o transformam.

Resumindo, a práxis tende a ocorrer em conjunto com uma ação e uma reflexão crítica dos fenômenos sociais e históricos que constituem o ser humano enquanto sujeito e enquanto profissional, mas que também foram constituídos pelos próprios sujeitos, dentre esses, todos os profissionais inclusive os psicólogos. Assim, o trabalhador que optou pela mudança tende a atuar conscientemente e refletir criticamente com os indivíduos com quem trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade (Freire,2002), enquanto que o trabalhador que optou pela manutenção do status quo tende a conter as mudanças, o pensamento crítico e a autonomia dos indivíduos, trabalhando para naturalização das diferenças sociais e a perpetuação da dialética exclusão/inclusão. Entendendo, obviamente que, numa perspectiva dialética, a qual nos propomos aqui, seria um erro além de uma simplificação do processo de constituição do sujeito considerarmos apenas essas duas situações. Sendo assim, buscamos dar visibilidade e analisar as transformações, mudanças, rupturas e continuidades do compromisso social na prática profissional dos psicólogos entendendo que o compromisso social ocorre num processo de dissonâncias, imbricamentos variados, ambigüidades e contradições.

## A História do Compromisso Social na Psicologia

### O compromisso social da Psicologia na História do Brasil.

As concepções mais remotas referenciadas como pensamento psicológico, que antecederam ao estabelecimento da Psicologia no Brasil, datam do período pré-colonial (séc. XVI e XVII), encontradas nas pesquisas de Marina Massimi (1984) autora que tem se dedicado a escrever sobre a história da Psicologia no Brasil. Nesse período são encontrados traços da cultura indígena que vão aos poucos se misturando com traços da cultura européia, principalmente portuguesa.

Para levantar a história do fenômeno psicológico, Marina Massimi (1990), desvenda em documentos, análises e em discussões sobre fenômenos psíquicos produzidos por autores brasileiros e portugueses estabelecidos no Brasil, de modo geral com formação jesuítica e universitária européia e com função política ou religiosa na colônia, evidenciando a preocupação já existente nessa época com os fenômenos psicológicos. As produções eram de áreas como: Teologia, Pedagogia, Moral, Medicina, Política e Arquitetura.

A autora relata que as preocupações evidenciadas nas obras tinham como temas: emoções, sentidos, auto-conhecimento, educação, papel da mulher, trabalho, adaptação, processos psicológicos, diferenças raciais, aculturação e técnicas de persuasão de “selvagens”, controle político e prática médica com aplicação do conhecimento psicológico, temas esses que posteriormente foram considerados como área de estudo da Psicologia científica.



Nas obras médicas, religiosas ou de Filosofia Moral, as emoções eram consideradas como forças capazes de levar a enfermidades e práticas para seu controle eram amplamente estimuladas por seus autores.

O processo educativo e o papel da mulher foram temas recorrentes abordados por diversos autores. Em relação ao primeiro, as preocupações encontravam-se na ordem da formação da personalidade, do desenvolvimento da criança, do controle e manipulação do comportamento, da aprendizagem e da influência dos pais. Ao dissertar sobre o papel da mulher o foco das atenções voltava-se principalmente para o papel da mulher na sociedade, onde elementos de natureza psicológica eram considerados, dentre eles, sexualidade e seus desvios, mas também o reconhecimento da capacidade intelectual feminina (Massimi, 1984).

Nas obras pesquisadas por Massimi (1984), a problemática do trabalho aparece sob uma perspectiva moral, social e psicológica, onde o trabalho é contraposto ao vício sendo o ócio condenado como pecado. Dessa forma, o trabalho é usado como instrumento de dominação para a “civilização” do indígena e também como cura do ócio do “indígena pecador”. Segundo documentos levantados pela autora, o comportamento “ocioso” do indígena é determinado pelo ambiente que favorece não só o ócio mas também a dissimulação. O estudo do tema “adaptação ao ambiente” buscava aprimorar o domínio sobre os índios (grifos da autora).

A colônia brasileira serviu à expansão econômica de Portugal. A colonização, não apenas do Brasil, mas de outras colônias de Portugal foi pautada na exploração despreocupada com a preservação da cultura ou dos recursos naturais do local colonizado. A principal preocupação de Portugal era manter o monopólio econômico na Europa. “Essa situação exigiu a organização de um forte aparelho repressivo (...) e um sólido aparato

ideológico, sustentado principalmente pela Igreja Católica, cuja função precípua era transmitir e legitimar a exploração da colônia” (Antunes, 2001, p.21).

Fica claramente evidenciado que a igreja, principal representante da ideologia na época, utilizou o aparato ideológico que detinha para assegurar e explicar a exploração de Portugal sobre o Brasil. A preocupação com o indígena, a “cura” das emoções primitivas e descontroladas do índio, bem como a educação das crianças, tinha como pano de fundo os interesses metropolitanos em manter a organização na colônia e facilitar a exploração sem resistência do indígena. Assim, todo o conhecimento da época sobre fenômeno psicológico foi utilizado pelos representantes do poder para dominar a população indígena, normatizar seu comportamento e reprimir sua cultura.

No século XIX o Brasil deixa de ser colônia e se torna império. Com a mudança da Corte para o Brasil são criados os primeiros cursos superiores, pois dessa mudança surgiu a necessidade de formar quadros para garantir o aparato repressivo e administrativo do governo. Nesse período a produção de saber psicológico foi gerado pela Medicina e pela Educação (Antunes, 2001).

A Educação foi fortemente influenciada pelo pensamento europeu representante das correntes liberais e positivistas. O interesse com os fenômenos psíquicos na Educação ocorre pela necessidade do exercício pedagógico, referente às questões como: “educação das faculdades psíquicas, aprendizagem e utilização de recompensa e castigos como instrumentos educativos” (Antunes, 2000, p. 30). Além do controle, há a preocupação com o desenvolvimento das faculdades psíquicas, como: inteligência, percepção, memória, etc.

No decorrer do século a Medicina Social, com o intuito de livrar a sociedade da “desordem” e dos “desvios” e torná-la mais “sadia”, propõe ações de higienização e normatização que visavam a eliminação da desobediência e da prática masturbatória entre os jovens, o controle das epidemias e o encarceramento dos “loucos” nos recém

inaugurados hospícios. O tratamento dos internos “evolui” das sangrias e banhos para intervenções no plano moral com a preocupação de natureza comportamental. Contudo, o caráter do tratamento era apenas disciplinar e somente mais tarde implementa-se o tratamento médico-terapêutico (Antunes, 2001).

Antunes (2001) explica que durante o Brasil República a Psicologia adquire o status de Ciência autônoma. Entretanto, a evolução do pensamento psicológico ainda ocorre no interior da Medicina e da Educação mantendo o enfoque de seus estudos e práticas nas questões que pudessem subsidiar o controle social considerado condição para o desenvolvimento do país.

Na década de 1910 os empresários brasileiros sentiam-se ameaçados pelo fortalecimento dos sindicatos e pela difusão do ideário anarquista. Disso demandou a necessidade de novas práticas de controle. Assim recorreu-se à racionalização do trabalho e a adoção de princípios “científicos” na administração para solução desses problemas.

Na década de 20 do século XX a Psicologia é aplicada às questões do trabalho na seleção, avaliação, prevenção de acidentes e higiene. Nesse panorama a Psicologia assumiu junto com outras ciências a função de sustentáculo científico dos novos métodos de administração. Assim a Psicologia se fortalece ao mesmo tempo em que justifica e encoraja determinadas práticas sociais, dessa vez vinculada também com a Administração.

Antunes (2001) ainda chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento do pensamento psicológico no Brasil deve ser visto numa dimensão mais ampla, incluindo a ele o contexto histórico mundial, o qual propiciou no século XIX o momento fundamental para autonomia da Psicologia. O modelo capitalista que crescia na Europa trazia como consequência novos problemas que demandavam novas práticas de intervenção e controle, era necessário conhecer o homem sob a divisão do trabalho e a propriedade privada. De resto, a própria divisão do trabalho apontava para a especialização do conhecimento.

### A História do compromisso social da Psicologia no contexto mundial.

O que ocorreu no Brasil - guardadas as condições próprias de seu estágio de desenvolvimento - referente às preocupações com os fenômenos psicológicos e surgimento da Psicologia, seguiu a tendência do que ocorreu no contexto mundial, pelo fato de ser colônia de Portugal. Com efeito, o Brasil sofreu forte influência dos países desenvolvidos economicamente, especialmente os da Europa em seus primórdios.

A Psicologia Científica nasceu em um duplo imbricamento. Figueiredo e Santi (2002) fornecem algumas explicações fundamentadas na história e na história da Psicologia que auxiliam na compreensão da *dupla condição de surgimento da psicologia científica: a problemática da subjetividade e a elaboração de técnicas de controle social e político.*

Nos séculos XVIII e XIX duas formas de pensamento prevaleceram nas sociedades ocidentais: a ideologia Liberal Iluminista e o Romantismo. Esse último acredita que os sentimentos são capazes de reunir os homens apesar de suas diferenças. Já de acordo com o iluminismo, os homens são iguais em capacidade e em direito, o que significa um tipo de relacionamento fraternal entre os homens sem que ninguém abdique de sua liberdade. Entretanto, apesar da aparente igualdade, esses possuem interesses particulares e individuais que não desaparecem com o ideário de igualdade.

Esse antagonismo de pensamento e emoções, como ser livre e diferente porque se é indivíduo, mas também ser fraterno e igual porque todos têm os mesmos direitos, trouxe inconvenientes em relação à liberdade. A idéia utópica da fraternidade igualitária subjaz aos interesses particulares que levam a conflitos, desencadeando lutas e guerras. Surge

então o chamado Regime Disciplinar ou disciplinas, um sistema de “elaboração e aplicação de técnicas ‘científicas’ de controle social e individual” (Figueiredo e Santi, 2002, p. 46 - grifo do autor). Esse regime impõe padrões e controles à conduta, aos sentimentos e às emoções individuais, contudo o faz dissimuladamente, deixando que os homens acreditem que são livres e singulares.

Somando a necessidade que surge no Estado de possuir técnicas e práticas de controle para melhor lidar com os indivíduos para educá-los, selecioná-los e treiná-los da forma mais eficaz e, segundo uma disciplina, normatizá-los colocando-os a serviço da ordem social, ao contexto das crises das existências individuais, onde o homem inventa a subjetividade privatizada, o resultado configura o quadro referido acima; *as condições duplamente imbricadas de surgimento da Psicologia* (Figueiredo e Santi, 2002). Resumindo, de um lado o Regime Disciplinar exige a produção de um certo tipo de conhecimento psicológico para tornar mais eficazes suas técnicas de controle e, por outro lado, “as subjetividades formadas pelos modelos liberais e românticos, sentindo-se contestadas e problemáticas, são atraídas pelos estudos psicológicos” (Figueiredo e Santi, 2002, p. 49).

Além do contexto político que envolveu o nascimento e desenvolvimento da Psicologia, outros fatores também participaram nesse processo. Conforme vimos, de acordo com as condições históricas de seu nascimento, a Psicologia surge entre duas ciências, as Ciências Sociais e as Ciências Biológicas, e traz por isso em seu desenvolvimento várias dicotomias, das quais destacamos: objetividade e subjetividade; natural e histórico; indivíduo e sociedade, prevalecendo o modelo biológico que naturaliza o fenômeno psicológico. Segundo Bock (1999, p. 08) “Mantidas estas dicotomias, não temos sido capazes de compreender o homem que não de forma a naturalizar seu desenvolvimento e seu mundo psicológico (...) o homem é visto como um ser capaz de,

através de seu próprio esforço, se autodeterminar”. Esses ideais trazidos do liberalismo naturalizam o fenômeno psicológico levando a Psicologia a desenvolver intervenções curativas, remediativas e terapêuticas, que tentam “consertar” o sujeito que, por sua própria “culpa” ou “incapacidade”, não consegue superar os problemas.

Desse contexto começam a se configurar as condições para a tendência à ignorância política do psicólogo.

### O compromisso social da Psicologia anunciado em publicações bibliográficas recentes.

Vários psicólogos<sup>10</sup> vêm produzindo conhecimento no âmbito das Universidades na tentativa de denunciar a ideologia que tem predominado nas práticas e nas teorias Psicológicas. Segundo esses autores, a ciência psicológica mantém ainda hoje as mesmas características que a constituiu e a consolidou como saber científico. Segundo Bock (2003) os elementos ideológicos constitutivos da Psicologia acompanham a prática dos psicólogos até os nossos dias. A autora destaca e explica três deles: a naturalização do fenômeno psicológico; a concepção de que a prática psicológica comprometida com o contexto social e político não se constitui como trabalho para os psicólogos; o fato de a Psicologia conceber os sujeitos como capazes de se auto-desenvolverem naturalmente.

O primeiro traço ideológico trata da caracterização do modelo médico e naturalizante no que-fazer dos psicólogos como sendo a principal característica da Psicologia até o final do século passado (séc. XX) e se mantém como um dos seus traços mais marcantes, “temos visto isto em pronunciamentos de psicólogos que explicam o que

---

<sup>10</sup> Bock (2000), Bock (2003), Guerra (2003), Caniato (2001) e Tomanik (2001), entre outros.

se passa com um indivíduo sem fazer qualquer referência a questões políticas, econômicas e culturais de nossa sociedade” (Bock, 2002, p.07).

O segundo aspecto da ideologia da constituição da Psicologia defende que “a intervenção intencionada e direcionada sobre o mundo não existe para maioria dos psicólogos” (Bock, 2003, p. 24). A autora ainda acrescenta que grande parte desses profissionais sequer cogita que são capazes de influenciar seus pacientes a partir de suas intervenções, tomando seus recursos técnicos como neutros.

No último traço ideológico aparece a responsabilização da pessoa pelo seu próprio sucesso ou fracasso desconsiderando os fatores históricos e sociais onde estão inseridos. Essa idéia está conectada à concepção naturalizada do desenvolvimento humano.

Para Bock (2003), a perspectiva naturalizante adotada pela Psicologia colaborou para que essa ciência se instituisse e se consolidasse na sociedade moderna como uma ciência e uma profissão conservadoras e elitistas, pouco engajadas com a transformação social. Nessa direção, Costa (apud Patto, 1995, p. 10), afirma que os comprometimentos políticos que levaram a Psicologia, em certo momento da história, a adotar esse modelo como ideal e único verdadeiro e, por seu intermédio, alcançar o status de saber científico levou a Psicologia a ganhar em ‘lucidez científica’, pela adesão ao cientificismo, mas agravaram sua ‘miopia política’. Camino (2003) por sua vez, aponta que a Psicologia é

influenciada pelas lutas de interesses que se desenvolvem na sociedade criando seus próprios interesses corporativos, como no seu interior, reproduz o conjunto de lutas sociais, políticas e ideológicas que se desenvolvem na sociedade.

Na sociedade, suas práticas científicas e profissionais, como nas outras ciências, relacionam-se com os diversos movimentos intelectuais sociais e políticos da sociedade. Confrontos e reformulações das diversas visões do ser humano não se desenvolvem exclusivamente através de processos epistemológicos e

metodológicos. Este debate científico se dá no interior de um debate mais amplo na sociedade (...). Considerando que o pensamento humano desenvolve-se em termos de grandes pólos vinculados aos debates da psicologia, participam na arena de lutas sociais, com maior ou menor grau de consciência, ao lado das idéias dominantes que procuram manter o *status quo* na sociedade. Nesta arena de lutas sociais que é a Psicologia, pode-se lamentavelmente afirmar que são as concepções nela dominantes que têm colaborado para sustentação dos processos de exclusão social”(pp.186-187).

Maria Helena S. Patto (1995) acalora o debate afirmando que “é fundamental desiludir os psicólogos a respeito da sociedade em que atuam e da ciência nada isenta que praticam, sobretudo quando lidam com dimensões aparentemente não-políticas da realidade psicossocial” (p. 12).

Necessário destacar, no entanto, que durante todo o processo de constituição da Psicologia como ciência existiram iniciativas para dar visibilidade às práticas psi vigentes<sup>11</sup> e romper com o modelo dominante (Antunes, 2001), contudo, os autores que adotam essa perspectiva crítica parecem defender que tais iniciativas foram incipientes diante da força ideológica de uma maioria que apoiava a manutenção desse modelo dominante e, por isso, segundo esses autores, ele se mantém até os dias de hoje.

O debate sobre o compromisso social tem se acentuado nos últimos anos<sup>12</sup> e parece ter crescido não só o interesse pelo tema, como também o lançamento de novas publicações bibliográficas de autores que abordam essa questão. Todavia, até onde

---

<sup>11</sup> Sílvia Lesser mostrou nos anos 70 o caráter elitista da Psicologia em São Paulo (Bock, 2003).

<sup>12</sup> O Compromisso social do psicólogo foi preocupação de todas as edições do Encontro Nacional e de Encontros da Regional Sul da ABRAPSO (2000/2001/2002/2003), além de tema central no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão (2002) e da Mostra Catarinense de Práticas Sociais (CRP) em 2003.



pudemos caminhar nessa pesquisa, notamos que há, por parte dos autores, o entendimento de que “compromisso social” é necessariamente a favor da transformação social e no sentido da inclusão. Considerando que compromissos sociais sempre se objetivam em práticas as mais variadas, não necessariamente voltadas para a inclusão social, investigamos qual é o compromisso social dos psicólogos evidenciado nas publicações da revista *Psicologia Ciência e Profissão*, ou seja, buscamos compreender e demarcar as mudanças ocorridas nessas últimas duas décadas, e visualizar como se processam no terreno das práticas psi e nas novas elaborações teóricas, esse compromisso social: a favor da transformação da realidade social e a inclusão ou se, ao contrário, apesar dos recentes debates, as práticas psicológicas e as elaborações teóricas ainda estão servindo ao modelo naturalizante e normatizador que vem caracterizando a profissão e a ciência psicológica. Apesar dessa aparente polarização, buscamos focar também as contradições e ambigüidades concernentes de todo processo histórico e social.

## MÉTODO

*Bibliotecas  
Um dia veio uma peste e acabou com  
Toda a vida na face da Terra:  
Em compensação ficaram as Bibliotecas...  
E nelas estava meticulosamente escrito  
O nome de todas as coisas!  
Mario Quintana*

A palavra método significa “caminho para”, tem sua origem na expressão grega “meta odon” (Massimi, 1998). Pode ser definido como uma “espécie de mediação no processo de aprender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais” (Frigotto, 1987, p. 77). O objetivo desse capítulo é exatamente descrever o caminho trilhado para responder ao problema levantado, revelando toda a estruturação do processo de aprender.

Nessa pesquisa nos propomos a investigar qual o compromisso social dos psicólogos evidenciado nas publicações da revista do Conselho Federal de Psicologia (CFP), *Psicologia Ciência e Profissão*. Com efeito, intencionamos descrever e analisar o desenvolvimento, entendido enquanto movimento permanente, do compromisso social na prática profissional dos psicólogos, dessa forma, situar “(...) no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (Frigotto, 1987, p. 75).

A pesquisa foi realizada por meio de documentos, apresentando-se como uma “(...) técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (Ludke e André, 1986, p. 38). O sentido dado aqui visou obter, pela análise dos documentos, informações sobre o problema em questão, registrados nas publicações da revista científica do CFP.

A escolha pela pesquisa documental se justifica visto que a fonte documental é não-reativa, impossibilitando que os sujeitos alterem seu comportamento ou suas opiniões frente às questões abordadas, e aponta para a possibilidade de estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos (Ludke e André, 1986), nesse caso, a expressão registrada nos documentos.

O registro que consta nos documentos “son las ideas que de una o de otra manera han circulado, han influido publicamente (...) lo que políticamente trasciende, lo que socialmente influye, lo que da fuerza y revela la peculiaridad ideológica que mantiene o justifica um sistema de poder. (Miguel apud, Valles, 1997, p.125)

Os documentos são, segundo definição do dicionário da língua portuguesa, “qualquer objeto que comprove, elucide ou registre um fato; escritura, certidão” (Houaiss; 2001, p.147). Contudo, em virtude da riqueza desse material, muito mais pode ser dito, conforme acrescentam Mac Donald e Tipton (apud Valles, 1997):

Los documentos son cosas que podemos leer y que se refieren a algún aspecto del mundo social. Claramente esto incluye aquellas cosas hechas con la intención de registrar el mundo social – los informes oficiales, por ejemplo – pero también los registros privados y personales como cartas, diarios y fotografías, los cuales puede que no se hayan hecho para sacarlos a luz pública. No obstante, además del registro intencionado, puede haber cosas que abiertamente traten de provocar diversión, admiración, orgullo o goce estético (...) y que, sin embargo, nos dicen algo sobre los valores, interés y propósitos de aquellos que las encargaron o produjeron. (p.120)

Configura-se, dessa forma, a revista *Psicologia Ciência e Profissão* como um tipo de documento e assim torna-se pertinente o seu uso para a investigação do objeto aqui

proposto. Além disso, ressaltamos a sua importância, pois a revista *Psicologia Ciência e Profissão*, tendo sua primeira edição no ano de 1981, é uma publicação trimestral dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia com distribuição em todo território nacional para os psicólogos com registro nesses conselhos. Até o final de 2002 a tiragem era de 123 mil exemplares em cada edição, de acordo com dados obtidos na própria revista (Contra capa, nº 3, 2002). Sendo a maior publicação oficial da categoria, encontra lugar diferenciado e privilegiado em relação às demais publicações acadêmicas em razão de sua distribuição e acesso. A revista publica artigos originais que remetem à atuação profissional do psicólogo, sejam centrados na prática profissional, na pesquisa, no ensino ou de reflexão crítica sobre a produção de conhecimento na área. Tais diretrizes são definidas pelos Conselhos e executadas pela Comissão Editorial, formada por psicólogos indicados regionalmente pelos Conselhos Regionais e um conselheiro do CFP.

Segundo informações veiculadas na edição 23.1 (Editorial, nº 1, 2003) a revista *Psicologia Ciência e Profissão* passaria a partir de então para o formato on-line e todos os números estariam disponíveis para acesso de qualquer pessoa no site do CFP, deixando, dessa forma, de ser editada em papel. A disponibilização da revista em meio virtual ocorreu no mesmo ano, 2003. Contudo, até final de 2004 ainda não haviam sido disponibilizados todos os números.

Não obstante, os documentos de domínio público – como é caracterizada a revista do CFP - são produtos sociais disponibilizados a todos e, eticamente, estão abertos para análise. Desse modo, pretendemos reunir os artigos onde a questão do compromisso social do psicólogo possa ser reconhecido e possibilitem identificar perspectivas, possíveis contradições e direcionamentos, além de demarcar lacunas e vieses.

A satisfação implícita na pesquisa documental está na possibilidade de “dar vida” àquilo que estava aparentemente “morto”. Um documento, uma revista, um livro

empoeirado esquecido na estante e julgado por alguns como ultrapassado, pode ser revelador não só do passado, mas do presente e do futuro. É pertinente dizer que os documentos podem ser ressignificados pelo sentido empregado a eles pelos diferentes leitores que o acessam em diferentes tempos. Assim, fazendo uso de documentos de domínio público é possível reescrever a história e ainda compreender fatos e acontecimentos contemporâneos, pois “cada atualidade’ reúne movimentos de origem e de ritmo diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de outrora (...) o presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca” (Braudel, 1989, p.18-21 apud Spink, p. 25).

Spink (2002) explica que “os documentos de domínio público refletem duas práticas discursivas: como artefatos do sentido de tornar público e como conteúdo, em relação aquilo que está impresso (...) são simultaneamente traços de ação social e a própria ação social” (p.126). Ou seja, ao mesmo tempo em que um documento serve para comunicar ao coletivo qualquer tipo de informação e, nesse caso, caracteriza-se como a própria ação social, por outro lado, a informação nele impressa carrega em si uma mensagem, que denota características, valores e preceitos sociais, sendo esses traços o conteúdo do material impresso.

### Os Documentos Analisados e os Critérios para sua Seleção

Apesar de muitas vantagens, a pesquisa documental pode tornar-se movediça pois traz em si a delicada questão do tempo que requer. Uma vez que a revista Psicologia Ciência e Profissão começou a ser publicada há 22 anos, possui um total de 66 edições

com uma média de 8 artigos por edição, totalizando 429 artigos, tornando-se por esse motivo inviável a análise de todo material produzido em função do tempo previsto para desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

Sendo assim, considerando o problema da pesquisa, definimos inicialmente que a investigação incidiria sobre **todos os resumos dos artigos que apresentassem reflexões teóricas ou relatos de intervenção problematizando a prática psicológica e a atuação do psicólogo**, pois entendemos que os resumos são de certa forma padronizados em sua estrutura e, com poucas exceções, trazem em seu corpus o objetivo do que se pretendeu investigar, o percurso metodológico realizado, os resultados alcançados, além de apresentarem um estilo narrativo conciso e descritivo. Porém, ao nos debruçarmos sobre a totalidade das publicações, constatamos que nas edições de 1981 até 1983 todos os textos possuem resumo. Entretanto, a partir de 1984 os resumos são suprimidos, reaparecendo em 1996/1<sup>13</sup> apenas em alguns textos e em outros não. Uma vez que nas normas de publicação da revista não consta nenhuma regra ou exigência sobre a apresentação de resumo nos textos, acreditamos que a decisão por incluí-lo ou não no artigo tenha ficado à critério dos autores. Essa condição é alterada em 96/3 quando a comissão editorial expressa que uma das normas para publicação é a inclusão de resumo de 30 a 60 palavras nos textos enviados para a revista. Contudo, notamos que os resumos publicados não possuem padrão metodológico, ou seja, apesar da comissão instituir a inclusão de resumo nos artigos, a forma de fazê-lo parece ter ficado ainda sob decisão dos autores. Na edição de 99/3 é solicitado que os autores confeccionem não só o resumo em português, mas também em inglês, além de que o resumo em português deveria ser acompanhado de

---

<sup>13</sup>Primeiro apresentamos o ano da publicação e posteriormente o número da edição. Assim temos ano/edição.

palavras chave. Dessa forma, a partir de 2000/3 os textos vêm antecidos por seu respectivo resumo em português e inglês e palavras chave.

Consideradas essas informações e na tentativa de viabilizar a pesquisa em função do tempo versus quantidade de material para análise, **optamos por realizar a leitura de todos os 429 artigos; posteriormente, selecionarmos aqueles que discutiam a prática profissional do psicólogo e então realizarmos a análise não mais dos resumos, mas de todo o corpo do artigo.**

Foram selecionadas, portanto, como material para análise todas as edições da revista do CFP *Psicologia: Ciência e Profissão* desde sua primeira edição em 1981 até 2003, ano estabelecido pela pesquisadora como limite para a coleta de material de pesquisa.

A coleta de material para análise iniciou em Julho de 2003, quando enviamos vários e-mails ao CFP no intuito de conseguir o apoio do órgão para a pesquisa. Uma vez que a revista *Psicologia: Ciência e Profissão* é editada pelo CFP, supomos que haveria nos arquivos da instituição números extras das edições passadas e o histórico da própria revista, a saber: mudanças editoriais, periodicidade, edições extras, mudanças do conselho editorial. Após inúmeras tentativas frustradas de contato com o CFP, iniciamos uma “garimpagem” entre os psicólogos mais antigos na profissão que faziam parte de nosso círculo de conhecimento pessoal ou profissional. De um modo geral, os psicólogos contatados possuíam alguns números e outros não. Depois de algumas investidas, contatos pessoais, telefonemas, horas de busca em escritórios particulares e bibliotecas, consulta em base de dados de bibliotecas de vários estados, além de muita boa vontade de colegas, professores e desconhecidos (que se tornaram fundamentais colaboradores), conseguimos reunir cerca de 60% do total das publicações.

No mês de outubro de 2003, em virtude do Congresso Nacional da ABRAPSO, contatamos com o presidente do CFP na ocasião, Sr. Odair Furtado que, após ouvir o relato sobre as tentativas frustradas de contato com o CFP, manifestou ser do interesse do Conselho colaborar com a pesquisa. Desta forma, instruiu a enviar um e-mail para ele, que em seguida o enviaria à pessoa responsável da instituição incluindo o seu apoio em relação a disponibilização por parte do Conselho do material que ainda necessitássemos.

Dois meses depois, seguindo as orientações do Sr. Odair Furtado, encaminhamos ao mesmo uma solicitação formal no sentido de conseguir o restante do material e também o acesso ao histórico da revista. Recebemos imediatamente uma cópia do e-mail que o Sr. Odair enviou ao conselho aprovando a nossa solicitação e informando o nome e e-mail de contato da Sra. Yvone, coordenadora geral do CFP que, a partir desse momento, passou a ser nosso contato imediato dentro da instituição.

Infelizmente, a rapidez que encontramos anteriormente no contato com o Sr Odair Furtado, não se repetiu. Tomadas por uma grande ansiedade em virtude da aproximação do final do ano, conseqüentes feriados e férias gerais, tomamos a iniciativa de telefonar para a Sra. Yvone e como não conseguimos encontrá-la deixamos o número do telefone da pesquisadora e enviamos outro e-mail. No dia seguinte recebemos um telefonema da Sra. Yvone informando que havia solicitado um levantamento geral do material em poder do CFP e solicitou a listagem dos números que estaríamos precisando.

Iniciamos então o levantamento de todo material em nosso poder, contudo uma dificuldade logo se manifestou. No editorial das revistas que tínhamos posse não estava claro quantas edições deveriam ter sido publicadas a cada ano, quantos realmente foram publicadas e ainda se havia alguma edição extra. Uma vez que não possuíamos nenhum registro sobre as mudanças editoriais da revista, não podíamos ter certeza sobre as edições que não tínhamos. Sendo assim, decidimos relacionar os números das edições que



possuíamos ao invés de, ao contrário, relacionar as que não possuíamos. Dado o problema exposto, resolvemos questionar sobre o histórico da revista na mesma solicitação. Com efeito, elaboramos algumas questões as quais foram respondidas pela Sra. Marilene Proença que acabara de ser nomeada editora responsável pela revista. As respostas, contudo, não foram esclarecedoras, uma vez que não havia nenhum registro sobre a história da revista, ou sobre as mudanças editoriais. Em contato telefônico posterior com a Sra. Marilene, a mesma esclareceu que o CFP estaria iniciando esse levantamento sem prazo definido para conclusão.

Após recebimento de mais algumas edições da revista enviadas pelo CFP, já estávamos com quase todo material em mãos, entretanto ainda faltava cerca de 10% das revistas que, segundo a Sra. Yvone haviam sido emprestadas a um colaborador do CFP, mas que a instituição estava tratando de reunir para enviá-las posteriormente. Como isso não ocorreu até março de 2004, continuamos a busca entre conhecidos e ao final de maio de 2004 já tínhamos em mãos todas as edições da revista.

Desta forma, iniciamos a análise da revista, tentando organizar seu histórico a partir das informações contidas nas suas edições e posteriormente, a análise de conteúdo dos dados ali coletados, seguindo os procedimentos que descrevemos a seguir.

#### Procedimentos para Análise dos Dados

Como afirmado anteriormente, pretendíamos realizar análise dos resumos dos artigos. Contudo, depois de coletado todo material, tivemos a infeliz surpresa de que apenas alguns números da revista traziam junto com os artigos seus respectivos resumos. **Sendo assim, após a leitura dos títulos, dos resumos quando havia, e leitura flutuante do corpo do artigo, nos vimos com uma quantidade enorme de textos que discutiam a**

**prática psicológica – 120 para sermos mais exatas - para serem analisados em apenas dois anos, tarefa árdua e inviável de ser cumprida.** Este fato nos obrigou a dispor de alguma técnica para selecionar os artigos aleatoriamente evitando, desta forma, qualquer dúvida por parte do leitor sobre os procedimentos de escolha e a fidedignidade das informações coletadas.

Optamos por uma técnica simples e rápida que chamamos de “Seleção pelos Números Primos<sup>14</sup>”. A técnica consiste em numerar todos os textos previamente selecionados, àqueles que tiverem recebido algum número primo está selecionado. Assim reduzimos de 120 para 26 artigos a serem analisados (apêndice).

Feito isso, partimos para a criação de um protocolo de análise onde constassem as características qualitativas, ou seja, as categorias temáticas e subcategorias emergidas dos textos adotadas para análise, que foram: filiação institucional, tipos de textos, lócus de trabalho/pesquisa, público alvo, principal tema em foco, referencial teórico e categoria do texto.

Foi construído um protocolo de análise para cada artigo de modo que proporcionasse uma visão geral das informações coletadas dos artigos para cada categoria de pesquisa e ao mesmo tempo uma visão particular das informações de cada artigo. As pessoas, os resumos, os documentos, os textos de um modo geral, “tudo tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir” (Spink, 2002: 136). Se acrescentarmos ao pensamento de Spink a máxima de Bauer (2002:189), que afirma que os textos nos dizem mais que os autores imaginam, então é possível supor que é importante ouvir aquilo que o autor tem a dizer, contudo não é suficiente se o objetivo é apreender os sentidos que o

---

<sup>14</sup> Números primos são aqueles que só podem ser divididos por ele mesmo ou por um: 2, 3, 5, 7, 11, 13, 17, 19, 23, 29, 31, 37, 41, 43, 47, 53, 59, 61, 67, 71, 73, 79, 83, 89, 97, 101, 103, 107, 109, 113, 127, 131, 137, 139, 149, 151, 157, 163, 167, 173, 179, 181, 191, 193, 197, 199, 211, 223, 227, 229, 233, 239, 241, 251, 257, 263, 269, 271, 277, 281, 283, 293, ...

material impresso traz consigo. Para tanto, é necessário transcender as palavras do autor e aprender a ouvir o texto. Sendo assim, na tentativa incessante de melhor ouvir o que os textos têm a contar, recorreremos à técnica da **análise de conteúdo**.

A análise de conteúdo (AC) se constitui como uma técnica híbrida<sup>15</sup> de análise de informações (Bauer,2002) e tem como principal objetivo a busca do sentido ou dos sentidos de um texto que, apoiado numa concepção de ciência, reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento (Franco, 1994).

Sabemos que o uso da linguagem é sempre institucionalizado, ou seja, as ciências de diferentes domínios do saber têm seus discursos<sup>16</sup> oficiais, assim como grupos sociais e sistemas políticos e disciplinares. A pesquisa científica, vista como discurso institucionalizado, está inserida num sistema de regras pautadas por estratégias de validação há muito consagradas pela tradição (Spink, 2000).

Nas ciências psicológicas isso não é diferente. Por ser institucionalizado, há uma tendência à permanência definida pela tradição, embora uma transformação no contexto histórico possa mudar radicalmente as falas. Contudo, embora o conceito de discurso aponte para uma estrutura de reprodução social, ou seja, a linguagem vista a partir das regularidades, ele não desconsidera a diversidade e a não regularidade presentes em seu uso diário pelas pessoas. Qualquer fenômeno pode ser visto à luz das regularidades se a lente focalizar na palavra, entretanto, se focalizado os sentidos dados, o olhar recai sobre a não-regularidade e a diversidade das práticas discursivas (Spink,2000).

Assim, a AC se torna uma técnica tanto mais eficiente quanto mais apto e treinado for o pesquisador em se dar conta de que a objetividade está sempre comprometida com a

---

<sup>15</sup> A AC pode ser aplicada às características quantitativas e qualitativas do material a ser analisado.

<sup>16</sup> Entendemos discurso como fala proferida para o público (Barsa, 1981).

subjetividade de quem investiga, sendo impossível encontrar nas ciências humanas uma técnica onde os sentidos do pesquisador sejam completamente neutralizados.

O desafio portanto, conforme assinala Spink (2002), é o de sem abandonar a objetividade, ressignificá-la como *visibilidade*. Estão imbricadas aí a explicitação do processo de interpretação - tomando-o como circular e inacabado -, assim como a compreensão da dialogia na dupla acepção de *elemento básico da produção de sentidos* no encontro entre entrevistador e a voz do entrevistado, e do sentido da interpretação no encontro entre pesquisador e seus pares (grifos da autora).

Dado o exposto, é fundamental que todo processo de investigação seja detalhadamente registrado, de forma que nenhuma dúvida paire sobre os meios utilizados e os fins alcançados de modo que os resultados obtidos se mostrem confiáveis e possa então ser creditada relevância científica à pesquisa. É almejando estabelecer a objetividade pela visibilidade dada ao processo de construção científica do conhecimento que seguimos com o relato do método.

Uma vez que os textos contêm registros de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços do conflito e do argumento, a AC permite reconstruir os indicadores e valores presentes no texto. Por meio dessa reconstrução, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos e o apelo neles contidos. Os procedimentos da AC reconstroem representações nas dimensões sintáticas e semânticas. A dimensão semântica, tem seu foco na relação entre sinais e nos sentidos denotativos e conotativos, tem a ver com o que é dito em um texto, os temas e as avaliações (Bauer, 2002). Além disso, os textos trazem em seu corpus um conteúdo manifesto e um conteúdo latente. No conteúdo manifesto a mensagem coincide com a intenção do autor, já no conteúdo latente a mensagem não coincide com a intenção do autor (Franco, 1994).

Para investigar o compromisso social do psicólogo brasileiro nas publicações da revista *Psicologia Ciência e Profissão*, utilizamos a técnica da AC com o intuito principal de alcançar os sentidos implícitos e explícitos – latentes ou manifestos – nos artigos, ou seja, o trabalho se desenvolveu na dimensão semântica, donde foi possível fazer inferências sobre o compromisso social na prática profissional dos psicólogos brasileiros nas duas últimas décadas do século XX.

Nesse momento, mesmo correndo o risco de me fazer redundante, mas sem abrir mão da generosidade em expor e esclarecer todos os detalhes do procedimento, faço uma breve recapitulação das etapas anteriores para que haja um melhor entendimento sobre as etapas que se seguem.

Até aqui estava definida que a sistemática para coleta de informações é pesquisa dos artigos contidos no material previamente selecionado, a revista Psicologia Ciência e Profissão. Assim, de acordo com a técnica da análise de conteúdo é chegado o momento onde se faz necessário proceder a seleção dos dados oportunos para pesquisa.

“Cada dato es una Unidad de Registro y será seleccionado, conservado y analizado como tal. Estos datos o Unidad de Registro serán unas veces, las palabras del texto (...), otras los conjuntos de palabras o frases (...), y otras serán los temas (...)” (Olabuenaga & Ispizua, 1989, p. 194). Franco (1994) destaca que a escolha pela unidade de registro “tema” é indispensável quando se pretende estudar valores, crenças, atitudes e opiniões, como é o caso dessa pesquisa. Por esse motivo, essa unidade de registro se apresenta como mais indicada para pesquisar o compromisso social do psicólogo brasileiro.

Seguindo ainda os modos de proceder da AC, após definição da unidade de registro, se faz necessário a criação das categorias de análise.

“La categorización no es otra cosa que el hecho de simplificar reduciendo el número de datos a un número menor de clases o categorías. (...) La transformación del

texto en dato se efectúa a través del proceso de codificación o categorización” (Olabuenaga & Spiuza, 1989, p. 196). Entretanto, conforme alerta Franco (1994), existe uma dificuldade em criar categorias pela unidade de registro que escolhemos, “tema”.

O tema apesar de se apresentar como a mais útil unidade de registro em AC, não é facilmente identificável em seus limites, por isso o pesquisador precisa ser capaz de reduzir uma sentença a seus temas componentes, para posteriormente classificá-los nas respectivas categorias. No entanto, isso pode não ser suficiente se na redução de unidades gramaticais em unidades temáticas a fidedignidade for afetada, daí a supra necessidade de que as propriedades estruturais das unidades temáticas estejam precisamente definidas e dessa forma se evite os problemas apontados acima sobre a fidedignidade.

Assim, para investigar os sentidos da atuação dos psicólogos brasileiros, se a favor da manutenção da ideologia dominante, a favor das transformações sociais e suas hibridações, optou-se por definir as categorias a posteriori e, dessa forma, escapar da falácia implícita na possibilidade de uma estruturação ineficiente das unidades temáticas.

As categorias definidas a posteriori emergem do discurso do informante que, no caso da pesquisa documental, vem dos textos dos documentos a serem analisados. Primeiramente é feita a descrição do significado atribuído a um determinado número de textos pelos seus respectivos autores, prossegue-se com a classificação das convergências e destaque das divergências, desse ponto inicia-se a criação da codificação para leitura dos demais textos; finalmente essas categorias são interpretadas à luz da teoria que oferece suporte à pesquisa (Franco, 1994).

Franco faz considerações bastante pertinentes sobre as qualidades e fraquezas da categorização a posteriori que apóiam esta pesquisa e dialogam com a concepção de homem e de mundo aqui apresentadas. Segundo a autora, a categorização a posteriori apesar de exigir mais prática e recursos teóricos do analisador, permite um sistema

categorístico aberto, mais rico, diversificado e por isso respeita os significados que emergem dos textos sem imputar a esse (o texto) a obrigatoriedade de se encaixar em um sistema categorístico pré-elaborado, o que acaba por distorcer ou fragmentar o discurso. Mas a categorização, conforme proposta aqui, pode também levar à fragmentação e prejudicar a análise das convergências se o pesquisador criar um número muito grande de categorias na tentativa de buscar uma categoria para cada resposta. Alerta Olabuenaga & Ispiuza (1989) que a flexibilidade presente na categorização a posteriori não equivale à ambigüidade ou falta de precisão que pode levar a falta de fidedignidade. Franco (1994, p. 177) explica que quando ocorre o problema descrito acima – número elevado de categorias fragmentando o discurso – é importante organizar as respostas ou unidades temáticas de um texto em categorias mais amplas, que são módulos interpretativos menos fragmentados.

Nessa pesquisa, foi definido como objetivo conhecer o compromisso social dos psicólogos brasileiros em suas práticas profissionais e produções teóricas. Sendo assim, inicialmente pensamos em começar a análise com a verificação, nos textos, da participação do psicólogo em práticas emancipatórias da população ou em práticas de manutenção das condições sociais ou ainda em práticas emancipatórias e de manutenção simultaneamente. Acreditando que os indicadores temáticos da prática voltada para transformação social pudessem ser toda e qualquer afirmação que indicasse ações de ruptura, crítica ou resistência ao modelo estabelecido; os indicadores temáticos da prática voltada para a manutenção das condições sociais, por sua vez, seriam toda e qualquer afirmação que indicasse ações de ajustamento, adaptação ou neutralidade.

Todavia, como ficou estabelecido que a criação das categorias seria a posteriori e “para que o processo de conhecimento seja dialético, a teoria, que fornece as categorias de análise, necessita no processo de investigação, ser revisitada, e as categorias

reconstituídas” (Frigotto,1987, p. 81) num incessante processo de ir e vir, de construção e reconstrução dos procedimentos da pesquisa. Nesse sentido, ao iniciarmos a análise dos textos seria possível verificar a adequação ou não dos indicadores aqui anunciados.

### Descrição das Categorias de Análise

Uma vez que utilizamos a análise de conteúdo como técnica para análise dos artigos, precisamos organizar as informações qualitativas de maneira quantitativa. Com efeito, elaboramos os gráficos com agrupamentos numéricos referentes a cada categoria e suas respectivas subcategorias.

1. Na categoria Filiação Institucional, são apresentados os locais onde o(s) autor(es) dos artigos desenvolvem suas atividades profissionais. Compreende as seguintes subcategorias:

- A) Instituição pública: órgão do governo seja, municipal, estadual ou federal, que atua nas áreas de saúde, educação ou meio ambiente (postos de saúde, escolas de ensino fundamental e médio, órgãos do governo).
- B) Consultório/clínica: estabelecimento de atendimento psicológico.
- C) Hospital: instituição de atendimento à saúde (público e privado).
- D) Instituição de Ensino Superior: instituição de formação superior.
- E) Não informado: nesta sub-categoria foram incluídos os trabalhos que não constam informações sobre filiação institucional do autor.



2. Na categoria Tipos de Textos, constam as Características normativas dos textos publicado na Revista Psicologia: Ciência e Profissão, conforme consta nas normas para publicação adotadas e divulgadas pelo próprio periódico:

- A) Comunicações: relatos breves de pesquisas ou trabalhos apresentados em reuniões científicas/eventos culturais.
- B) Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, recorrendo à metodologia quantitativa e/ou à qualitativa. Neste caso, é necessário conter introdução, método, resultados e discussão.
- C) Relatos de experiência: relatos de experiência profissional de interesse para as diferentes práticas psicológicas.
- D) Estudos teóricos/ensaios: análises de temas e questões fundamentais teoricamente, levando ao questionamento de modos de pensar e atuar existentes e a novas elaborações.

3. A categoria Lócus do trabalho/pesquisa, apresenta o local onde foi desenvolvido a pesquisa ou o trabalho sobre o qual é relatado no texto.

- A) Indefinido: o autor não explicita qual foi o local.
- B) Hospital: instituição de atendimento à saúde (público e privado).
- C) Instituição de ensino superior curso de psicologia: somente no curso de psicologia foi desenvolvido o trabalho e /ou pesquisa.
- D) Instituição de ensino fundamental e/ou médio: instituições de ensino fundamental e/ou médio, sejam estas publicas ou privadas.
- E) Organizações/empresas: instituição com objetivos lucrativos dos setores da indústria, comércio ou serviço, excetuando, escolas, hospitais e consultórios.
- F) Instituições públicas de saúde: postos de atendimento de saúde pública.

- G) Projetos sociais: nesta sub-categoria foram incluídos trabalhos que relatam intervenções junto a movimentos sociais ou populações específicas, como meninos de rua.
- H) Consultório/clínica: estabelecimento privado de atendimento psicológico.
- I) Variado: diferentes locais foram alvo do trabalho e/ou pesquisa.

4. A categoria Público Alvo descreve a população que foi alvo das intervenções ou reflexões apresentadas no artigo.

- A) Conselhos de psicologia: instituição fiscalizadora e normatizadora, da profissão de psicólogo, a nível federal ou regional.
- B) Alunos: estudantes matriculados no ensino básico, médio ou superior com exceção dos estudantes do curso de psicologia.
- C) Trabalhadores: pessoas que exercem alguma atividade remunerada.
- D) Crianças/ adolescentes em situação de risco: crianças e adolescentes sem endereço fixo ou moradia definida.
- E) Psicólogos/alunos de psicologia: profissionais formados em psicologia e/ou estudantes matriculados em curso superior de psicologia.
- F) Cliente/paciente: pessoas em atendimento psicológico privado ou público.

5. Na categoria Principal Tema em Foco, são apresentados os principais assuntos abordados no texto.

- A) Atuação do psicólogo em escolas: atividade profissional exercida pelo psicólogo em contextos escolares.

- B) Atuação do psicólogo em organizações: atividade profissional exercida pelo psicólogo em contextos organizacionais com objetivos lucrativos dos setores da indústria, comércio ou serviço, excetuado, escolas, hospitais e consultórios.
- C) Questões teórico-conceituais da psicologia: trabalhos teóricos que discutem um ou mais conceitos pertinentes à ciência psicológica.
- D) Atuação do psicólogo na comunidade: atividade profissional exercida pelo psicólogo em uma comunidade específica, como por exemplo, a periferia de São Paulo.
- E) Atuação do psicólogo na saúde pública: atividade profissional exercida pelo psicólogo nas instituições públicas de saúde.
- F) Formação/prática profissional do psicólogo: debate sobre a formação do profissional de psicologia versus a atuação deste profissional no mercado de trabalho.
- G) Atuação do psicólogo em clínicas/consultórios: atividade profissional exercida pelo psicólogo no consultório particular.

6. A categoria Referencial Teórico traz o arcabouço teórico anunciado pelo autor(es) e que o(s) mesmo(s) utiliza para fundamentar seu trabalho. Contudo, como de modo geral, não há explicação sobre as perspectivas, utilizamos definições a partir de bibliografias consultadas.

- A) Comportamental cognitiva: nesta categoria há a aceitação de que cognições e mediações (percepções, pensamentos, crenças) influenciam diretamente o comportamento, sendo que a compreensão deste comportamento dá-se mediante a análise da interação dos processos cognitivos do indivíduo com as ocorrências no meio. (Kerbaux, 1983, p. 12)

- B) Psicologia comunitária: esta categoria aponta para uma desnaturalização das instituições e das vivências cotidianas estimulando a “reflexão, o confronto, a conscientização e fundamentalmente a decisão e a ação conjunta” (Lane apud Nascimento, 2001, p. 46).
- C) Comportamental: tem por objeto de estudo o próprio comportamento e suas interações com o ambiente (Figueiredo, 2002, p. 65) entendendo “por comportamento as relações do organismo com o ambiente, expresso na tríplice contingência de reforçamento. O ambiente em que se encontra o homem determina e constrói as características que serão particulares de cada um.” (Kahhale, 2002, p. 98)
- D) Gestalt: esta categoria reconhece essencialmente a relevância da experiência imediata e a preocupação de relacionar essa experiência com a natureza física e biológica e com o mundo dos valores socioculturais baseada no método fenomenológico. (Figueiredo, 2002, p. 72)
- E) Psicanálise: tem como objeto de estudo o inconsciente. Aqui foram agrupados todos os trabalhos com referencial psicanalítico em diferentes vertentes, seja lacaniana, winicottiana, freudiana, e outras.
- F) Híbrida: nesta categoria o autor utilizou-se de mais de um referencial teórico para sustentar o seu trabalho, por exemplo, neuropsicologia e psicologia comportamental.
- G) Não informado: embora o(s) autor(es) de indícios sobre o referencial que utiliza, não o informa explicitamente: sendo assim, declaramos o artigo como sem informação sobre o referencial teórico utilizado.

7. A categoria, Objetivo do Trabalho/Pesquisa, caracteriza a intenção do autor (segundo nossa avaliação) ao elaborar o trabalho/pesquisa.

- A) Crítica teórica: aponta aspectos negativos, insuficientes e/ou deficientes de uma teoria.
- B) Crítica profissional: aponta aspectos negativos, insuficientes e/ou deficientes sobre a atuação do psicólogo.
- C) Crítica social/política: aponta aspectos negativos, insuficientes e/ou deficientes da ação social e política.
- D) Problematização: registra variados pontos positivos e negativos de uma mesma questão.
- E) Descrição/compreensão: exposição minuciosa dos constituintes de um conceito, teoria, pesquisa ou modelo de atuação, levando ao entendimento da mesma e apontando a solução ou os impedimentos para a solução da questão descrita.

## RESULTADOS

### Revista Psicologia Ciência e Profissão: Seu Histórico e Principais Características

A revista Psicologia Ciência e Profissão teve entre 1981 e 2003, 53 números editados. Do seu início até meados da década de 90 a revista passou por crises financeiras, quase teve suspensa sua publicação e alguns números não foram publicados. Contudo, a revista superou as crises e passou por diversas transformações ao longo de suas edições. Procurando facilitar a visualização e compreensão dessas transformações, organizamos por itens alguns aspectos que julgamos mais relevantes.

#### Periodicidade

Nos dois primeiros anos de publicação da revista (1981 e 1982) não é informada a sua periodicidade, tendo sido editados dois exemplares em cada ano. A partir de 1983 até 1986 a periodicidade é informada como sendo semestral e dois exemplares foram publicados em cada ano.

Na edição de 1986/2 a revista informa que, devido à grande procura, esta passará a ser quadrimestral. Entretanto, no editorial do exemplar seguinte, há um apelo da comissão editorial solicitando auxílio aos psicólogos para que a revista continue sendo publicada. A comissão esclarece que há uma crise financeira que pode inviabilizar as publicações posteriores. Nesta ocasião aproveita para pedir idéias, envio de artigos e sugere três alternativas para superar a crise: anúncios de publicidade, venda por assinatura e taxa extra de contribuição dos psicólogos. Não há registro sobre o caminho de debate dessas

alternativas, o que pode ser observado é que nunca houve anúncio publicado, taxa extra não foi cobrada e, sobre a assinatura, houve no período de 86 à 87 uma carta de resposta comercial ao final de cada exemplar, onde os interessados em fazer a adesão poderiam escolher formas de pagamento e tempo de recebimento da revista. Deparamo-nos aqui com uma enxurrada de informações contraditórias e conturbadas decisões, pois no exemplar 87/2 temos informado periodicidade semestral. Já na edição de 88/1 há uma nova informação de que a periodicidade é trimestral, contudo apenas dois exemplares foram publicados nesse ano. A lacuna entre periodicidade pretendida e publicada se faz recorrente até 1993.

No ano de 1989 são publicados três exemplares. Em 1990 a comissão editorial se vale do recurso de, apesar de publicar apenas dois exemplares, constar no primeiro número a identificação 1990/1, já no segundo número consta 1990/2-3-4. Esse mesmo recurso é algumas vezes utilizado até 1993 da seguinte forma: 1991 houve apenas um volume publicado, 1991/1-2-3-4; 1992 são divulgados 3 volumes, 1992/1, 1992/2 e 1992/3-4; em 1993 novamente um único exemplar é publicado, identificado como 1993/1-2-3-4. Uma vez que a periodicidade pretendida era trimestral, entende-se que deveriam ter sido publicados quatro exemplares a cada ano e não apenas numerá-los de um a quatro.

Em 1994 a revista tem mais uma vez sua periodicidade alterada para quadrimestral, porém nesse ano e no ano seguinte (1994 e 1995) houve a publicação de somente um exemplar em cada ano, 1994/1-2-3 e 1995/1-2-3. Somente no ano de 1996 ocorre o acerto entre a periodicidade pretendida e a publicada. Assim, de 1996 até 1999 foram publicados, seguindo a determinação de periodicidade quadrimestral, três volumes da revista em cada ano.

É possível relacionarmos a dificuldade da comissão editorial em manter a periodicidade à crise financeira, que eventualmente é mencionada no editorial das revistas.

Já citamos o apelo feito em 1987 para a continuação da publicação, temos também na edição de 1990/2-3-4 a informação de que a falha na periodicidade se devia a crise financeira e que a comissão esperava retornar à periodicidade trimestral em 1992 o que, conforme já visto, não ocorreu.

Além disso, baseadas no editorial de 96/1 e 96/2, levantamos a possibilidade de haver número insuficiente de artigos para serem avaliados e publicados pela revista ou ainda grande número de textos que não correspondiam à linha editorial da revista.

### Tiragem

Do ano de 1981 até 1984 a tiragem da revista não é informada. Os conselhos regionais integrantes do CFP totalizavam 8, sendo os conselheiros e a comissão editorial da revista formada por psicólogos das seguintes regiões: Brasília, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba.

Em 1985 a tiragem informada era de 50 mil exemplares; em 1987/2 esse número passou para 64 mil; em 1990/2-3-4 foi para 73 mil; em 91 para 75 mil; em 92/2 foram 78 mil, sendo que nesse ano foram incluídos mais quatro regionais, a saber: Goiânia, Belém, Fortaleza e Florianópolis, totalizando 12 regiões. No ano de 1983 houve mais um salto quantitativo e a tiragem sobe para 85 mil. Nos anos de 1994 e 1995 não foi informada a tiragem. Em 1996 mais dois conselhos regionais passaram a integrar o CFP - João Pessoa e Campo Grande - totalizando 14 regionais e elevando a tiragem da revista para 93 mil. Ainda no ano de 1996, exemplar 96/3, a tiragem cresceu para 98 mil e a região de Maceió foi incorporada ao CFP somando 15 regiões, sendo esse o número total de Conselhos Regionais até 2003.



A tiragem da revista continuou em elevação: em 1997/3 subiu para 99 mil; em 98 para 102 mil; em 99/3 para 103 mil; em 2000/1 para 106 mil; em 2001/4 foi para 117 mil; chegando ao seu ápice em 2002/3 com a tiragem de 123 mil revistas.

No ano de 2003 a tiragem da revista caiu para 2 mil já no primeiro exemplar devido ao fato de que a revista passou a ser distribuída, em via impressa, apenas para bibliotecas e universidades. Os psicólogos ou outros profissionais e estudantes interessados podem acessá-la pelo site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br), pois a mesma passa a ser virtual.

Esse aumento na tiragem até 2002 revela o crescente número de novos psicólogos que são formados a cada ano no Brasil.

### Normas

As normas para publicação não constam em nenhum exemplar da revista até o ano de 1991, apresentando apenas os critérios utilizados para a avaliação dos textos encaminhados. A comissão informa que

“a revista Psicologia-Ciência e Profissão...é **destinada a veicular conteúdos envolvendo o conhecimento e a prática da Psicologia, voltados para o desenvolvimento de teorias, métodos e técnicas aplicáveis à realidade brasileira.** As diretrizes gerais são definidas pelo Conselho consultivo, formado pelos conselheiros do Conselho Federal e representantes dos Conselhos Regionais. Tais diretrizes são executadas pela Comissão editorial....**Todos os profissionais interessados em publicar artigos na revista deverão enviar originais ao CFP, em Brasília. A revista não se obriga a publicar textos que não se enquadrem em sua linha editorial. No entanto, todos os textos recebidos serão apreciados** pela Comissão Editorial e o resultado da análise encaminhada ao autor. Os originais dos artigos poderão ser devolvidos ao autor mediante solicitação por escrito. **Os**

**artigos assinados expressam a opinião de seus autores...**”(CFP, 1991/1-2-3-4, p.39, grifos nossos).

É curioso observarmos os trechos em negrito pois, ao mesmo tempo em que se afirma como objetivo da revista a promoção e a divulgação de conhecimentos e práticas psicológicas aplicáveis à realidade brasileira e que todos os profissionais interessados devem encaminhar artigos, consta também a afirmação de que a revista não se obriga a publicar artigos que diferem da sua linha editorial, e mais, que os artigos expressam as idéias dos autores. Podemos entender então que a revista tem como objetivo a divulgação de práticas e conhecimentos de Psicologia que se assemelham à sua linha editorial? Se for assim, os artigos não deveriam expressar a opinião não só dos autores, mas também da comissão editorial?

A partir de 1992/01 são incluídas normas referentes à participação de consultores ad-hoc na avaliação dos textos, a comissão editorial informa ainda que a autoria dos textos não seria divulgada para os consultores, e que os textos deveriam ser inéditos. São criados diferentes tipos de categorização para os textos e seus respectivos número de laudas, sendo: estudos teóricos/ensaios, 20 laudas; relatos de pesquisa, 12 laudas; depoimentos, 7 laudas; comunicações, 7 laudas; ressonâncias, 5 laudas. Além dessas modificações, o texto citado anteriormente e reproduzido acima é suprimido, em lugar dele vem que “... os originais não serão devolvidos. **Pequenas modificações no texto serão feitas pela Comissão Editorial; mudanças substanciais serão solicitadas ao(s) autor(es). Os artigos assinados expressam a opinião de seus autores...**” (1992/1, p.39, grifos nossos).

Mais uma vez nos deparamos com a pouca clareza de informações. O que significam “pequenas modificações” e “mudanças substanciais”? Será que as chamadas “pequenas modificações” não poderiam alterar a idéia que o autor pretendia transmitir? Estaria o autor a favor dessas modificações?

As regras sobre a formatação dos textos são introduzidas em 95/1-2-3 devendo os autores a partir daquele momento se basearem nas normas da ABNT para redigirem seus textos. Com efeito, esta norma é modificada na edição de 96/3 quando a própria revista divulga as regras sobre citações, referência bibliográfica e resumo. As demais normas não foram alteradas.

A última alteração ocorreu na edição de 99/3 e diz respeito ao resumo, refinando as informações referente à formatação (espaçamento, tipo e tamanho de letra, margens, etc.) e ao detalhamento do fluxo da avaliação dos artigos encaminhados até a aprovação ou recusa deles.

#### Informações gerais

“Os ventos da mudança social sopram entre nós, agitando não apenas a superfície dos acontecimentos de nosso cotidiano, mas movendo também as correntes mais profundas de nossa realidade” (CFP, 1984, contra capa). Com essa frase a comissão editorial anuncia, em 1984, a primeira mudança substancial da revista. O formato é alterado e a linha editorial, que até então primava pelo detalhamento de procedimentos e resultados nos artigos de caráter experimental e quantitativo, busca agora “...utilização de uma linguagem não excessivamente técnica ou especializada, descrição e análise de problemas fundamentais e não de questões secundárias e de alcance restrito, e a apresentação de trabalhos de caráter sintético...” (1984, p. 5). Além disso, a revista ganhou o espaço “editorial” onde a comissão responsável pela editoração da revista se comunica com os leitores.

No ano de 1986 a plenária<sup>17</sup> do CFP que havia assumido no ano anterior lança o exemplar 86/1, onde manifesta a intenção de manter a mesma linha editorial e solicita a colaboração dos psicólogos de todo país no sentido de enviar trabalhos de interesse nacional. Comunica ainda a intenção de venda da revista devido à grande procura (CFP, editorial, 1984, p.4). Conforme já relatamos, em 1987 é declarada que a intenção de venda também está vinculada à crise financeira.

A partir da edição 88/1 até 93/1-2-3-4, cada exemplar da revista discute um tema específico e a capa traz uma foto em preto e branco retratando a temática do exemplar. Observamos que desse período em diante os nomes dos gestores do CFP, que nas edições de 84 à 87 era divulgado, agora é suprimido, não sendo possível identificar com certeza quando houve substituição dos mesmos e formação de nova plenária.

No ano de 1994 a comissão editorial informa uma nova linha editorial voltada para a diversidade de temas. As capas de 94/1-2-3 e 95/1-2-3 trazem concepções artísticas no decorrer dos temas abordados: as imagens fotográficas de pessoas são substituídas por pinturas abstratas ou desenhos.

Em 1996, tentando atender a duas demandas diferentes, a comissão editorial informa que cada volume da revista se concentraria em um tema focal, contudo também contemplaria outros assuntos relevantes mesmo que não circundassem o tema principal. Voltam as capas com fotos reais relativas ao tema focado.

A editoração de capa sofreu mais uma mudança no exemplar de 97/2. Nesse aparece, já na capa, o título dos textos trazidos naquele volume, a foto de capa foi retirada e, como essa editoração permanece até hoje, apenas detalhes de cores são alterados de um exemplar para o outro.

---

<sup>17</sup> Grupo diretor eleito pelos psicólogos inscritos nos Conselhos regionais.

O editorial do volume 99/1 traz a confirmação da solidificação e relevância da revista no seguinte comunicado:

a revista *Psicologia Ciência e Profissão* foi citada no índice de Hierarquização dos Periódicos em Psicologia, pela Capes. Nossa revista foi reconhecida como periódico de circulação nacional, tendo sido incluída pela primeira vez, no referido índice, pela sua regularidade, por possuir um Conselho Editorial formado por profissionais de diferentes instituições, por publicar textos de profissionais de todo país, por ter normas de publicação definidas e, principalmente, por ter uma tiragem de mais de 100 mil exemplares por edição, distribuídos gratuitamente a todos os psicólogos brasileiros inscritos nos Conselhos Regionais (Editorial, 1999).

No ano de 2002/3 a revista traz na contra capa o selo de avaliação da Capes com conceito 'A'.

A partir do ano 2000 os nomes dos consultores ad-hoc são apresentados e a linha editorial assume que a revista é um espaço eclético para produções. Dessa forma, a tendência de que cada número tivesse um tema focal é dissolvida dando espaço à diversidade de temas.

Finalmente, em 2003 a revista muda radicalmente sua proposta, como já havíamos dito no item 1.2, pois passa a ter sua publicação online; apenas bibliotecas e universidades continuaram recebendo a versão impressa. O nome da versão virtual é *Revista Psicologia: Ciência e Profissão Online*. “As modalidades de publicação serão, em princípio... (4 edições por ano), duas edições de revista centrada em questões referentes à atuação profissional e uma publicação de compilação da produção nacional em determinada área temática.” (CFP, editorial, 2003). Além disso, por meio impresso anexo ao jornal do CFP

de 2003, publicação encaminhada a todos os psicólogos inscritos no Conselho, é informado que a revista sofreria uma “multiplicação”: é então lançada pelo CFP a revista *Psicologia: Ciência e Profissão Diálogos*, que trata do cotidiano da profissão e é publicada por via impressa, sendo essa gratuita a todos os psicólogos inscritos nos respectivos Conselhos Regionais. O CFP lança ainda outra revista no mesmo ano, o *Anuário Brasileiro de Revisões de Psicologia*, publicação online com revisões críticas de assuntos ligados à Psicologia no Brasil.

Frente a esse novo cenário alguns dúvidas nos surgem: Como se justifica essa mudança? Por que uma revista já consolidada, reconhecida nacionalmente, torna-se online e a nova é lançada em meio impresso? Não nos parece ser por razões financeiras, pois o custo da nova publicação equivaleria ao custo da antiga!

Não há como avaliar o impacto da mudança no modo de publicação da revista *Psicologia Ciência e Profissão* (de material para virtual), uma vez que isso significa mudança de paradigmas, mas é possível que inicialmente haja uma redução significativa no número de leitores<sup>18</sup>.

### Temáticas

Desde sua primeira edição, a revista *Psicologia Ciência e Profissão* publicou 429 textos dos tipos: estudos teóricos, relatos de pesquisa, depoimentos, comunicações e ressonância. Destes, 120 artigos tratam de reflexões teóricas ou relatos de intervenção sobre a prática psicológica ou atuação do psicólogo, portanto esses foram inicialmente

---

<sup>18</sup> O trabalho de conclusão de curso intitulado “Avaliação da Satisfação do Usuário do Index Psi Periódicos: Principal Fonte de Informação da Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi)” de autoria de Kizzy França, 2004 orientado por Maria Cristina Ferraz e co-orientado por Maria Imaculada Sampaio, oferece maiores informações sobre essa nova modalidade de publicação.

selecionados após leitura dos títulos, dos resumos, quando havia, e/ou leitura flutuante do corpo do texto. Ao olharmos todos os artigos publicados para seleção dos que seriam analisados (120 de um total de 429 artigos) foi possível identificar características dessa produção no decorrer dos anos.

Observamos que a cada década houve mudanças nos temas, abordagens teóricas e outras, além do crescimento no número de artigos que discutem a prática psicológica. Na década de 80 constatamos que os textos publicados voltavam-se para questões teóricas e conceituais da Psicologia, sendo a Psicologia experimental, comportamental e psicanálise – após a segunda metade - principalmente contempladas, além da ênfase no espaço clínico. Nesse período, dos 144 textos publicados, 24,3% correspondem a artigos que propõem discussão sobre a prática profissional do psicólogo, correspondendo a uma média anual de 3,8% de artigos.

A década de 90 apresenta um esvaziamento do referencial teórico da psicologia experimental e comportamental, aparecendo a teoria da psicologia social, comunitária e teoria sócio-histórica no embasamento dos trabalhos, além da continuidade da psicanálise como referencial teórico. Houve um pequeno aumento de artigos discutindo a prática psicológica, somando 33% do total dos 145 artigos publicados, o que corresponde a 5,3% de artigos/ano sobre esse tema.

A partir do ano 2000 ocorreu um crescimento significativo no número textos publicados, assim como, nas discussões sobre a prática psicológica. No primeiro volume de 2003 já haviam sido publicados 140 textos, sendo 25% referente ao tema citado acima, correspondendo a 9% de textos/ano. Os outros temas versam sobre novas categorias de análise, além de uma certa tendência para a psicologia sócio-histórica.

### O Compromisso Social dos Psicólogos Brasileiros nos Textos Analisados

Com o objetivo de facilitar o entendimento dos resultados, faremos uma recapitulação de todas as categorias e subcategorias utilizadas para análises dos 120 textos selecionados e já descritas anteriormente.

A categoria filiação institucional compreende as seguintes subcategorias: instituição pública, consultório/clínica, hospital, não informado, instituição de ensino superior.

A categoria tipos de textos engloba as seguintes subcategorias: comunicação, relatos de pesquisa, relatos de experiência, estudos teóricos /ensaios.

A categoria locus de trabalho/pesquisa envolve as seguintes subcategorias: local indefinido, hospital, instituição de ensino superior de curso de psicologia, variado, instituição de ensino fundamental e/ou médio, organizações/empresas, instituições públicas de saúde, projetos sociais, consultório/clínica.

A categoria público alvo abarca as seguintes subcategorias: conselhos de psicologia, alunos, trabalhadores, crianças/adolescentes em situação de risco, psicólogos/alunos de psicologia, cliente/paciente.

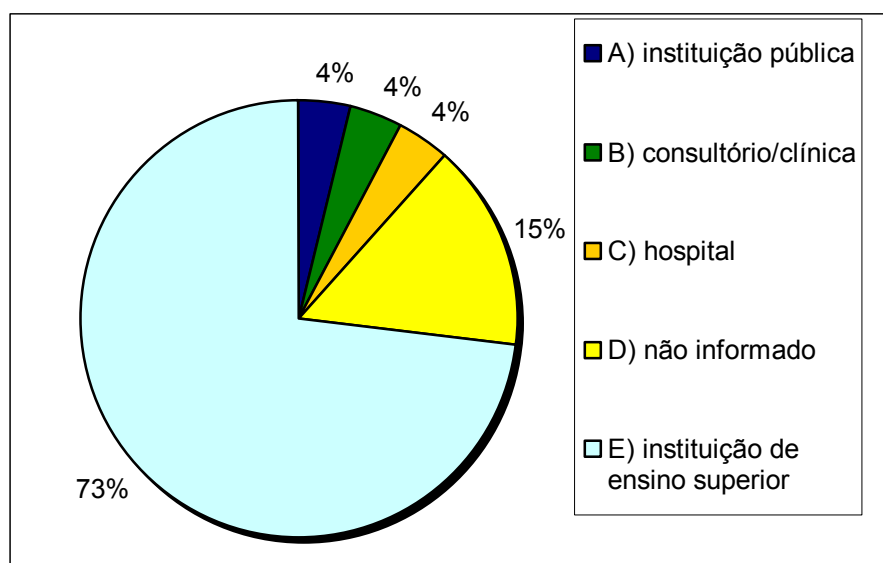
A categoria principal tema em foco compreende as seguintes subcategorias: atuação do psicólogo na escola, atuação do psicólogo na organização, questões teórico-conceituais da psicologia, atuação do psicólogo na comunidade, atuação do psicólogo na saúde pública, formação e prática profissional do psicólogo, atuação do psicólogo em clínicas/consultórios.



A categoria referencial teórico engloba as seguintes subcategorias: comportamental cognitivo, psicologia comunitária, comportamental, gestalt, híbrida, psicanálise, não informado.

A categoria nomeada, objetivo do trabalho/pesquisa, envolve as seguintes subcategorias: crítica teórica, crítica profissional, crítica social/política, problematização, descrição/compreensão.

FIGURA I – Filiação Institucional



Na Figura referente à filiação institucional, podemos observar que os profissionais que mais publicam de trabalhos na revista Psicologia Ciência e Profissão são aqueles filiados a alguma instituição de ensino superior (73%). As demais filiações informadas pelos autores revelam índices igualmente baixos entre si, sendo: instituição pública, 4%; consultório/clínica, 4%; hospital, 4%. Diferente desses índices está o de trabalhos sem informação sobre filiação institucional que compreendem 15% dos artigos analisados.

Esses resultados remetem a própria história da pesquisa científica no Brasil. Segundo Geraldo Magela (2003, p. 1) “a pesquisa científica no Brasil tem sua paternidade nas instituições universitárias e centros de estudos públicos financiados pelo Estado”. O autor acrescenta que foram as Universidades públicas, por meio de recursos públicos destinados à formação de pesquisadores, as principais colaboradoras na construção de programas de pós-graduação.

A institucionalização do fazer científico, segundo Vogt e Knobel (2004), resultou na década de 1930 na criação de universidades e centros de pesquisa, cujo papel tem sido fundamental para a qualidade e quantidade da produção científica. Os autores ainda acrescentam que essa institucionalização teve o seu auge em 1951 com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq<sup>19</sup>, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, sendo ambas instituições federais e complementares, ou seja, enquanto o CNPq cuida do fomento à pesquisa, a CAPES apóia a formação de competências para a realização dessa pesquisa.

Com efeito, podemos observar que a história da produção de conhecimento científico e tecnológico no Brasil está predominantemente ligada às Universidades públicas dada a condição de recebimento de recursos financeiros do Estado especificamente para o desenvolvimento de pesquisa científica.

Na tentativa de mudar essa condição e ampliar o número de instituições produtoras e financiadoras de pesquisa no Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), tem procurado motivar parcerias entre governo, empresas e universidades privadas no sentido de que estas parcerias gerem novas ações de desenvolvimento de conhecimento científico no país as quais seriam incentivadas pelo governo, financiadas por empresas privadas e

---

<sup>19</sup> Vogt e Knobel (2004) informam que alguns anos após a sua criação o CNPq teve seu nome alterado para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo, contudo, a mesma sigla.

desenvolvidas por universidades particulares, para então, na seqüência deste processo, transformar esse conhecimento em riqueza em todas as áreas da ciência, inclusive no campo das ciências humanas e sociais (Vogt e Knobel, 2004), pois é imperiosa a necessidade de geração de conhecimento no Brasil para solucionar os problemas característicos da realidade brasileira, uma vez que “os tremendos problemas sociais que se enfrenta requerem não apenas vontade política e mudanças econômicas, mas também compreensão das circunstâncias e dos fatores do atraso” (Fórum de Reflexão Universitária, 2002, p. 6). Ou seja, fica claro a necessidade de se realizarem pesquisas para compreender os problemas que dizem respeito a sua realidade e por meio desses estudos possa gerar ações que, se não solucionam definitivamente os problemas, possam ao menos minimiza-los.

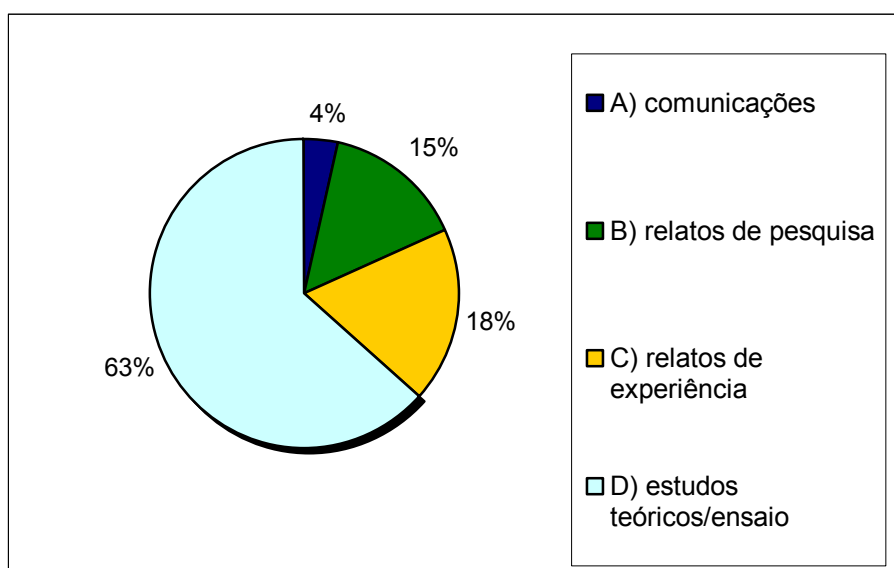
No que tange às publicações científicas *stricto sensu*, o Fórum de Reflexão Universitária (2002) apresenta duas vertentes de discussão presentes na comunidade científica brasileira: de um lado estão os que defendem que a única forma de avaliar o trabalho científico é mediante publicações em periódicos com tradição na comunidade científica. Do outro lado, há os que apontam que algumas especificidades de suas áreas de pesquisa impediriam a publicação, como: a relevância para a sociedade, uma possível desvalorização das atividades de ensino e extensão e a importância do sigilo na produção tecnológica (ibid, 2002). Fica evidenciado o posicionamento dos integrantes do Fórum a favor da publicação científica quando afirmam que:

não há como ser ‘autista’ em ciência ou na busca do conhecimento em geral... Se existe uma nova área de pesquisa com alguma relevância que ainda não esteja sendo divulgada em periódicos, faz parte da missão do pesquisador encontrar os periódicos que se interessem em incorpora-la às suas áreas de interesse ou mesmo

criar novos, nos quais essas pesquisas possam ser discutidas pela comunidade científica que a ela se dedica. Esses periódicos devem, é evidente, buscar atingir outros pesquisadores que atuem na área e não apenas satisfazer o ego de quem publica e gerar linhas em currículos e números em relatórios” (Fórum de reflexão universitária, 2002, p.8).

Entendemos, pois, que é um compromisso ético, político e social não só pesquisadores inseridos em IES, mas de todo profissional publicar suas realizações independente do local onde efetue seu trabalho, ou dos ganhos particulares que possa ter com essa publicação, pois apenas por meio da divulgação podemos alimentar a cadeia da geração de novos conhecimentos científicos, compreender a realidade onde estamos inseridos e promover mudanças que melhorem a vida da população em geral.

FIGURA II – Tipos de Textos



O tipo de texto apresentado em maior número corresponde a estudos teóricos ou ensaios com 63%, seguido à distância pelos textos que relatam experiências, os quais

compreendem, 18%. Os artigos referentes a comunicações somam apenas 4% e os artigos que relatam pesquisas atingem 15% do total de artigos analisados. Com isso é possível verificar que predomina a preocupação dos autores com a análise de temas e questões teóricas mais do que com as questões práticas, revelando a dinâmica das Ciências Psicológicas que efetuam continuamente pesquisas sobre novas categorias que abarquem as transformações humanas e sociais, bem como, a revisão de conceitos teórico-conceituais. Entretanto, esse resultado também revela a baixa preocupação ou necessidade de relatar as atividades profissionais práticas que os psicólogos estão realizando.

A adoção de novas teorias, a revisão de tradicionais modelos teóricos e a preocupação com a produção de conhecimentos científicos remonta de longa data, contudo os temas e os objetivos das produções retratam o momento histórico do país para entendermos melhor esse processo faremos um breve retrospecto dessas produções no Brasil.

Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, são criadas várias instituições, dentre elas a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A criação dessas instituições levou ao início da produção científica no Brasil, inclusive com a abordagem de temas psicológicos (inteligência, emoção, psicofisiologia), ainda que estes acontecessem no interior de outras ciências, como por exemplo, a Medicina e a Educação (Antunes, 2001).

A dimensão teórica da produção científica continuou seu parco desenvolvimento até 1890 quando houve um aumento quantitativo e qualitativo especialmente em teses de doutoramento. Baseada em documentos da época e outras publicações que tratam da História da Psicologia, Antunes (2001) revela que várias teses das Faculdades de Medicina apontam para conteúdos e tendências das idéias psi da época que Massimi (2004) categoriza como filosóficas, médicas, pedagógicas e da teologia moral. Observamos ainda

a evidência do caráter psicométrico, experimental e laboratorial, bem como a preocupação e a importância aferida a temas como: inteligência, sensibilidade, atividade e vontade nos títulos dos trabalhos publicados. Obviamente estamos tratando de uma época (1890 à 1935) em que não haviam psicólogos e a Psicologia ainda estava se consolidando como ciência independente. Desta forma, os produtores desses conhecimentos eram de profissionais de outras áreas de saber como médicos, professores, padres.

As produções científicas psicológicas eram realizadas em laboratórios de psicologia experimental de hospitais psiquiátricos ou em laboratórios das Escolas Normais sendo que, estas últimas, tiveram em 1928 a Psicologia inserida por decreto em seu currículo. Embora não tenhamos a confirmação sobre os tipos de textos referentes às produções publicadas naquele período (1928), algumas informações como o local onde foram realizadas, (faculdades, escolas e laboratórios) e os temas evidenciados nos títulos, nos levam a inferir que quase a totalidade dessas produções se refere a textos de tipo estudos teóricos e/ou relatos de pesquisa, ou seja, produções essencialmente de cunho reflexivo sobre pensamentos conceituais.

É impossível negar que todo esse processo foi fundamental para a consolidação da Psicologia como ciência, contudo existia uma idéia majoritária entre os estudiosos do fenômeno psicológico que, somados aos interesses da época, levaram a uma concepção elitista que propunha, por meio da Psicologia, formas de controle sutil para eliminar problemas sociais que seriam causados pelos indivíduos tidos como “desqualificados”, “loucos”, e todos aqueles considerados inadequados aos ideais de ordem e progresso. Ou seja, apesar da importância deste processo para Psicologia, os conhecimentos gerados não eram aplicados a favor dos desfavorecidos, mas sim, dos governantes e da elite.

Contrários a idéia hegemônica da época, que visava controlar e isolar os “inadequados” (deficientes mentais, doentes mentais, menores abandonados), estão os

trabalhos de Manoel Bonfim, Ulysses Pernambucano e Helena Antipoff. Estes estudiosos revelam em suas obras um entendimento radicalmente diferente sobre as idéias psi de seus contemporâneos ao buscarem a “compreensão do fenômeno psicológico como fenômeno social e a busca de uma prática vinculada às necessidades e interesses de uma parcela da população que não tinha acesso à assistência psicológica” (Antunes, 2001, p. 112) justamente a parcela considerada secundária na história e na sociedade.

Constatamos portanto, que historicamente tem predominado a publicação de obras que versam basicamente sobre questões teóricas, não sendo este fato exclusivo das últimas duas décadas, período que analisamos nesta pesquisa. Tal predomínio pode, além de caracterizar a condição de ciência jovem que ainda está provando e investigando possibilidades, como é o caso da Psicologia, também revelar o caráter transformador do sujeito sobre ele mesmo, sobre a sociedade e da sociedade sobre o sujeito, de forma que teorias que explicam o ser-humano e suas relações hoje, amanhã já se tornaram obsoletas e não dão mais conta de explicá-lo, sendo então substituídas por outra teoria num ciclo interminável de estudos, aplicações práticas e novas descobertas.

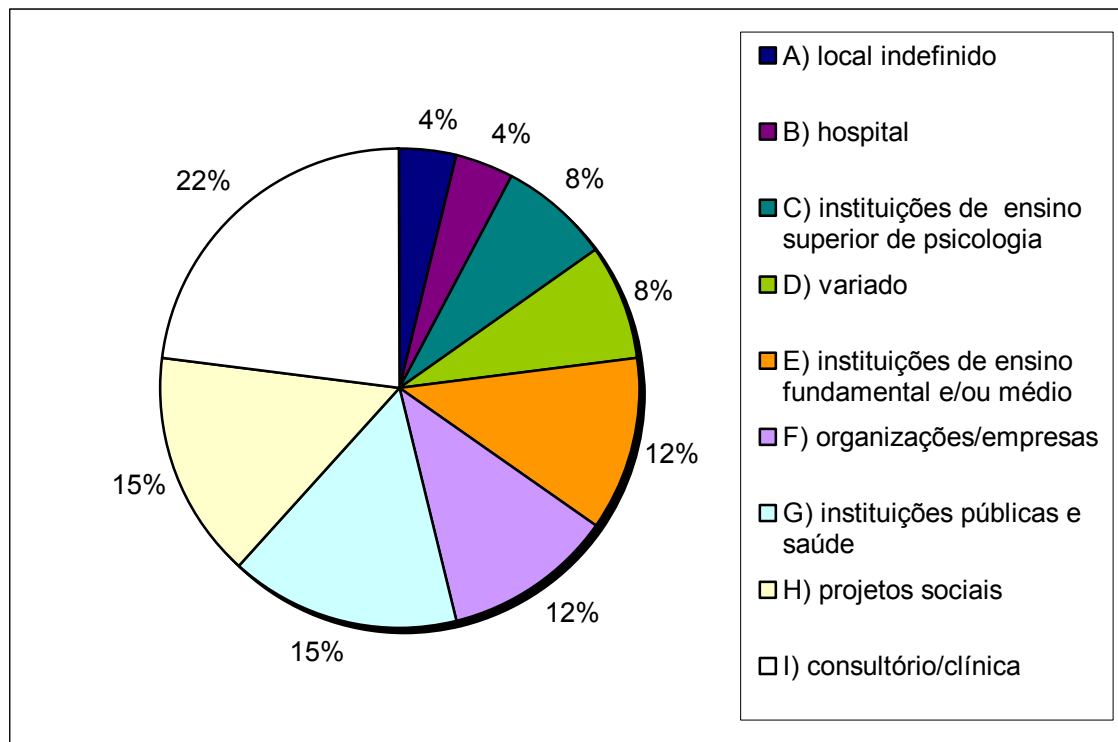
Apesar do constante e elevado número de estudos teóricos, Bastos e Achcar (1994) referindo-se as diversas áreas da psicologia (clínica, escolar, social, hospitalar, comunitária) reivindicam “uma postura mais ativa do psicólogo no tocante a gerar conhecimento e a ajustar o seu conhecimento e a sua prática mutuamente” (p.262). Caso contrário, teremos apenas o deslocamento de conteúdo, técnicas e teorias para contextos diferentes daqueles onde se originaram desconsiderando a realidade onde estão sendo aplicados recaindo na falácia de que fenômenos psicológicos são universais. Bastos e Achcar chamam a atenção para este pressuposto ao afirmarem que “os fenômenos psicológicos comportam dimensões importantes que são contextuais. Por conseguinte impõem-se limites aos princípios tomados como universais” (1994, p. 262). Considerando,

pois, a fala dos autores, e as diferenças e mudanças sofridas ao longo da história sobre a concepção de fenômeno psicológico, entendemos que apenas o número elevado de estudos teóricos não é sinônimo de debates a favor dos oprimidos e/ou desfavorecidos econômica e socialmente, mas para isso, é necessário que os estudos proponham novos conceitos baseados na realidade brasileira e voltados para a emancipação da população oprimida e incluída marginalmente.

Podemos observar que, se por um lado a realização e publicação de estudos teóricos, comunicações e/ou relatos de pesquisa são, como vimos, de fundamental importância para as transformações e aprimoramento científico, bem como para a construção de referenciais adequados à realidade brasileira, por outro lado uma maior publicação de relatos de experiência (nesta pesquisa somaram apenas 4% dos textos analisados) revelariam com transparência as ações dos Psicólogos e poderiam se constituir como ferramenta ímpar para a reflexão sobre as possibilidades de intervenção psicológica e suas vicissitudes e falhas no campo das práticas psi, permitindo que além da própria categoria, a sociedade pudesse avaliar, criticar, sugerir e debater as práticas profissionais do Psicólogo em curso.



FIGURA III – Lócus do Trabalho/Pesquisa



Os locais onde foram desenvolvidas as intervenções ou as pesquisas relatadas nos artigos analisados são bastante variados. Os trabalhos/pesquisa que tiveram local indefinido somam 4%, assim como os trabalhos desenvolvidos em hospitais também atingiram esses índices (4%). Os trabalhos desenvolvidos em Instituições de Ensino Superior de psicologia, bem como os trabalhos que foram realizados em locais variados alcançaram os mesmos índices, cada um atingiu 8%. Nas instituições de ensino médio e/ou fundamental foram realizados 12% dos trabalhos/pesquisa assim como nas organizações/empresas (12%). Nas instituições públicas de saúde e nos projetos sociais foram realizados, em cada um desses locais, 15% dos trabalhos/pesquisas, por último temos, nos consultório/clínica, o maior índice de trabalhos/pesquisa desenvolvidos, atingindo 22% do total dos textos analisados.

Podemos constatar que nenhum dos lócus de investigação apresenta uma superioridade quantitativa significativa em relação aos outros, pois verificamos apenas

uma discreta elevação de trabalhos realizados em consultórios. Seria este dado revelador de que o interesse de atuação profissional do psicólogo vem se diversificando e abrangendo outros settings?

Encontramos entre os pesquisadores e historiadores de Psicologia um ponto comum ao considerarem que a Psicologia é tradicionalmente dividida em três grandes áreas: clínica, escolar e organizacional. Por outro lado estas áreas também caracterizam o local aonde tradicionalmente o psicólogo vem desenvolvendo suas atividades profissionais sendo respectivamente: consultório, escolas e empresas.

Nas pesquisas realizadas pelo CFP em 1988, 1992 e 1994, os pesquisadores são unânimes em apontar a clínica como a área preferida de atuação do psicólogo e, por sua vez, o local onde mais se concentram os psicólogos. Na pesquisa de 1988, Sass (1988, p. 206) afirma que as clínicas e consultórios são, indiscutivelmente, os locais onde mais se concentra o trabalho do psicólogo. O autor informa que 34,2 % dos psicólogos atuam no consultório, 14,8% trabalham em empresas, 10,4% trabalham em escolas até o ensino médio, 8,5% em pesquisa, 7% em hospitais 5,9% em instituições de atendimento psicológico e 4,5% em órgãos da administração.

Sass ainda revela a reduzida inserção do psicólogo no setor público, seja na área da saúde, educação, administração ou social, e declara que este dado reforça a característica elitista e pouco democrática da profissão, uma vez que apenas aquele que tem condições financeiras tem acesso aos serviços psicológicos. Carvalho (1988) acrescenta que o número de profissionais autônomos cresceu e o de funcionários diminuiu, o que reforça ainda mais a característica de atendimento clínico em consultórios particulares.

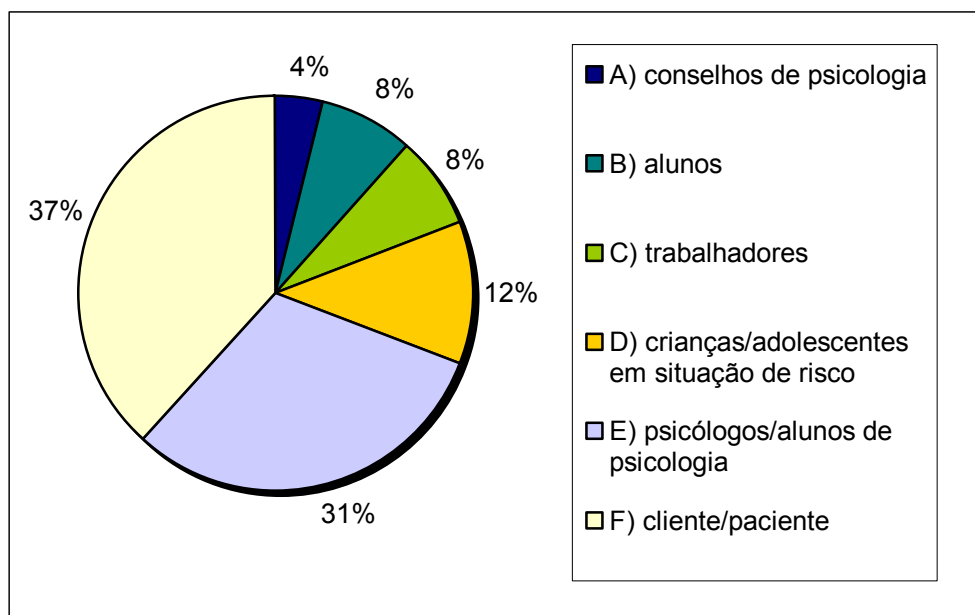
Na pesquisa de 1992, Witter et al constata a ampliação do campo de atuação do psicólogo em todas as áreas, bem como a caracterização de novos espaços com práticas emergentes advindas da psicologia social e essencialmente voltadas para a sociedade,

como: psicologia comunitária, saúde pública, psicologia ambiental, trabalho e saúde, movimentos sociais, práticas psicossociais com mulheres, com meninos de rua e com terceira idade (1992, p.173). Neste contexto os autores constataam que o psicólogo passa a considerar as relações dialéticas entre sujeito e sociedade e, desta forma, passa a tratar não mais os indivíduos, mas o sujeito inserido em uma realidade social além das questões sociais desta sociedade, pois “a miséria, onde ocorra, qualquer que seja a forma como se apresenta, ‘enlouquece’” (Witter et al, 1992, p. 166). Entretanto, entendemos que esse quadro revela apenas uma tendência de ampliação do campo de atuação, pois os autores apontam claras contradições em todas as áreas que acabam por gerar posturas distintas e variadas formas de trabalho. Segundo os autores, muitos psicólogos mantêm o modelo de atendimento clínico e individualizado que tem suas bases na formação acadêmica que privilegia este modelo.

Na pesquisa de 1994 a clínica ainda é o lócus ou a área mais procurada pelos psicólogos, contudo aquilo que na pesquisa anterior do CFP publicada em 88 apresentava-se como uma tendência, em 1994 é ainda mais evidente (Bastos e Achcar, 1994). Ou seja, apesar de ainda haver concentração de psicólogos na clínica, que segundo os autores “é o lócus privilegiado para a manutenção de uma perspectiva humanista, quando não assistencialista....a interface entre o clínico e o social traz, também para a clínica, a noção de compromisso com a transformação social mais abrangente” (1994, p. 265). Desta forma, a concepção sobre fenômeno psicológico até então centrado no indivíduo passa a ser visto na sua interdependência com o contexto sociocultural, além disso, a preocupação voltada para o atendimento de necessidades individuais perde lugar para a preocupação com o engajamento pela transformação social. Surgem novas áreas de atuação como a psicologia do esporte, psicologia jurídica e psicologia hospitalar, revelando um crescente movimento de saída do consultório para outros locais (ibid, 1994).

Com efeito, nos parece que a resposta à pergunta elaborada no segundo parágrafo, se seria este dado revelador de que o interesse de atuação profissional do psicólogo vem se diversificando e abrangendo outros settings, é sim. De fato as pesquisas realizadas pelo CFP nos mostram que, se inicialmente a clínica era de longe o local e a área mais procurada pelo psicólogo, este quadro vem se transformando em muitos aspectos, com todas as contradições esperadas de um processo inacabado, é verdade, mas ainda assim uma outra face da psicologia parece estar se revelando cada vez mais. Na Figura III, além da emergência e estruturação de outros settings de atuação como, hospitais, postos de saúde pública, instituições sociais, etc, vemos também que os trabalhos realizados em instituições de saúde pública e projetos sociais somam, em nossa pesquisa, 30% do total, ou seja, 7% superior aos trabalhos realizados em consultório/clínica, possibilitando assim que pessoas desprovidas de recursos financeiros possam ter acesso a serviços psicológicos.

FIGURA IV – Público Alvo



Em relação à população alvo das intervenções ou pesquisas apresentadas nos textos, podemos observar dois grupos com evidente concentração de trabalhos, sendo que o maior é o grupo nomeado cliente/paciente (37%) seguido do grupo chamado psicólogos/alunos de psicologia (31%). Os demais grupos apresentam resultados significativamente inferiores em relação aos dois primeiros, sendo: conselhos de psicologia, 4%; alunos 8%; trabalhadores, 8%; crianças/adolescentes de rua, 12%. Esses resultados apontam para uma avaliação falaciosa, pois em uma análise superficial poderíamos pensar que se mantém o privilégio em relação ao público que tradicionalmente tem recebido maior atenção dos psicólogos – cliente/paciente – uma vez que poderia se tratar do grupo referente ao setting preferido destes profissionais, o consultório, em detrimento a outros grupos.

Contudo, ao olhar mais detidamente para a Figura III, observamos que no grupo denominado cliente/paciente estão agrupados todos os sujeitos em atendimento psicológico, tanto em consultórios privados quanto em serviços públicos de saúde, como hospitais e postos de atendimento. Desta forma, podemos observar o mesmo fenômeno a que se refere Bastos e Achcar quando afirmam que

na própria área clínica existe um movimento de expansão que por um lado retira o psicólogo do consultório e o coloca em instituições de saúde e , por outro lado, procura incorporar, na compreensão do problema individual, elementos do contexto social...e conseqüentemente levam à adoção, por psicólogos que se autodenominam clínicos, de recursos que rompem as barreiras entre a prática clínica, a educacional e a social” (1994, p. 256).

Ou seja, há uma ampliação da clientela com acesso ao atendimento psicológico, inicialmente predominantemente de classe média com poder aquisitivo para custear o trabalho do psicólogo e, posteriormente uma clientela mais diversificada, abrangendo as classes populares que são excluídas socialmente por não possuir em recursos financeiros para custear o trabalho do psicólogo, uma vez que os serviços públicos não ofereciam esta possibilidade.

Segundo Bastos e Achcar (1994) esta ampliação da clientela caracteriza um novo modelo de atuação. O contato do psicólogo com essa nova clientela parece desencadear revisões e mudanças desde modelos teóricos-conceituais até estratégias de intervenção extrapolando as instituições públicas de saúde levando a um trabalho com interfaces entre o clínico e o social. A população atendida, no entanto, continua sendo denominada de cliente/paciente, o que pode indicar que o social se refere mais às condições de vida das pessoas atendidas do que propriamente uma mudança em relação ao referencial norteador da intervenção psi.

Se por um lado a psicologia clínica ampliou sua oferta de trabalho e passou a considerar aspectos sócio-culturais da realidade, por outro lado a psicologia social que apresenta maior diversificação de clientela, como por exemplo os meninos de rua, os favelados, os grupos de sem-terra, os aposentados, os idosos, os trabalhadores rurais, os grupos étnicos, e outros (Bonfim, 1992), em nossa pesquisa, esta área ainda não apresenta uma quantidade de trabalhos, ao menos divulgados, que abarquem toda essa demanda populacional. Assim, vemos implícita a esta questão, duas situações de igual importância.

Na primeira situação está a inexistência de políticas públicas que garantam a toda população o acesso gratuito aos serviços do psicólogo promovendo a contratação, por meio de concursos públicos, de psicólogos em secretarias municipais, estaduais e instituições federais, não somente nas secretarias de saúde, mas também, nas secretarias de

educação, secretarias de esportes, secretarias do bem estar social, secretarias de segurança e outras.

A segunda situação diz respeito a “insuficiência de teorias científicas para se apropriarem adequadamente a fenômenos singulares da realidade de camadas populares de um país de Terceiro Mundo como o nosso” (Bastos e Achcar, 1994, p. 262). Entendemos que essas questões não se restringem à psicologia social, mas ao contrário, abrangem todas as psicologias, pois, conforme afirma Martin-Baró “muitos dos conceitos, teorias e modelos mais utilizados em Psicologia surgiram em condições muito diferentes, a partir de interesses sociais muito concretos e na busca de respostas muito específicas, mas costumamos aceitá-los como se se tratasse de lentes universais e assépticas que nos permitissem ler qualquer realidade” (apud Maluf, 1994, p.164).

A importação de teorias e de modelos de práticas foram necessárias enquanto não havia essa produção no universo de profissionais brasileiros, o que já não acontece mais. Lo Bianco et al (1994), criticam a importação dada aos referenciais teóricos estrangeiros desligados da nossa realidade e que chegando ao Brasil ainda encontram interesses regionais diferentes. Os autores sinalizam sobre a necessidade de produzir teorias e modelos de práticas ligadas e direcionadas ao cotidiano da população e, sobretudo valorizar “aquilo que se constitui a experiência da cena brasileira” (1994, p. 19).

Outro fato revelador na Figura IV é a grande preocupação dos psicólogos em realizar pesquisas ou intervenções com sua própria categoria ou alunos de psicologia. Lagenbach e Negreiros (1988) afirmam que o psicólogo é constante consumidor de serviços psicológicos por isso as autoras consideram este mercado autofágico. Fenômeno semelhante observamos em nossa pesquisa.

No entanto, quando se trata de trabalhos ou pesquisas em instituições representantes da categoria, como os Conselhos Regionais, notamos a quase inexistência

desses trabalhos, chegando mesmo a surpreender o índice de apenas 4% de trabalhos. Esse resultado nos leva a pensar no negligenciamento e desinteresse dos psicólogos em pesquisar as práticas dessas instituições que são suas representantes, como, além dos Conselhos, os sindicatos e associações. Quantas dessas instituições existem em cada regional? Quais trabalhos estão sendo desenvolvidos? São de fato representativas da categoria? A que interesses atendem? Por ora essas questões estão sem respostas, contudo entendemos que devem ser esclarecidas em outras pesquisas.

Um último dado referente à Figura IV nos parece significativo. Este dado compreende o número reduzido de trabalhos ou pesquisas voltados para os trabalhadores, pois, uma vez que as repercussões do processo de trabalho sobre a saúde do trabalhador repercutem sobre a saúde psíquica, causando-lhe sofrimento, doenças físicas e mentais (Jacques, 2002) e ocorrem em número cada vez maior, entendemos que é imperiosa a necessidade de realizar pesquisas com essa população e de divulgá-las em periódicos científicos como a revista *Psicologia:Ciência e Profissão*, voltada aos profissionais da área. Codo (2003) explica que, em nossa época, o sofrimento psíquico é o resultado constante da relação entre a organização do trabalho e o aparelho psíquico dado o modo de produção capitalista existente no Brasil e no mundo.

Zanelli (2002) oferece alguns indícios deste reduzido número de pesquisas com trabalhadores, quando afirma que,

A produção e a divulgação do conhecimento ficam assim vinculadas às restrições impostas pelos interesses da empresa, à própria história de desenvolvimento da área no Brasil e à carência de embasamento metodológico-científico do psicólogo. Como conseqüência, a Psicologia Organizacional tem exígua produção de conhecimento no Brasil e coloca-se francamente dependente da produção

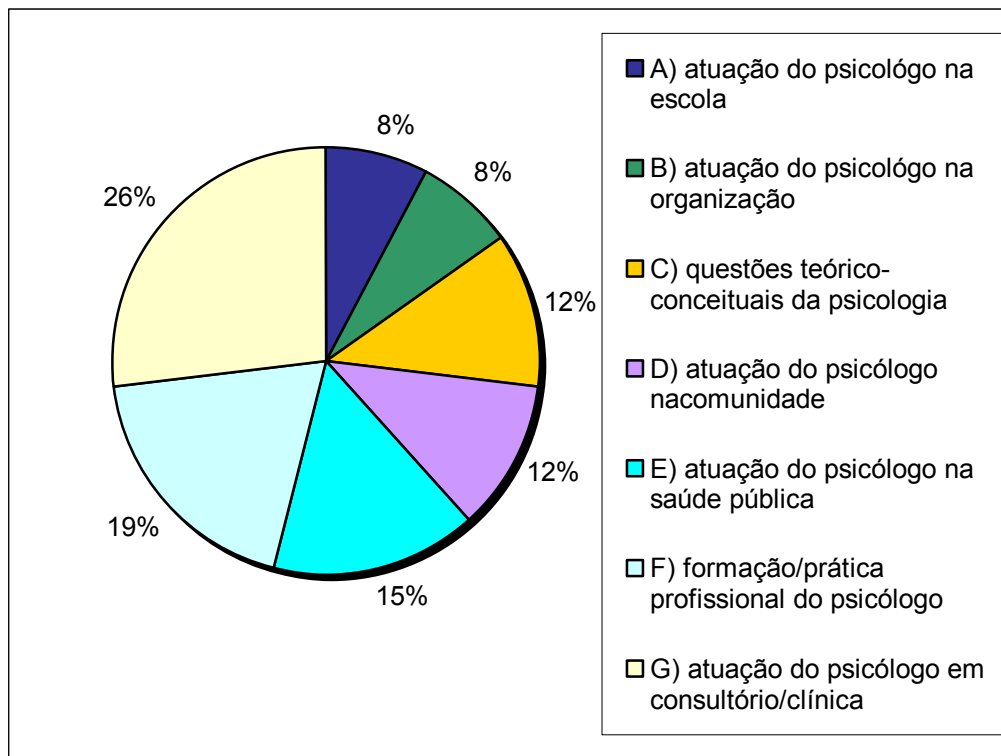


estrangeira. É clara a dependência intelectual, na área, aos países desenvolvidos, especialmente aos Estados Unidos. Além disso, o conhecimento que é gerado nas universidades brasileiras encontra dificuldades de penetrar entre os profissionais que atuam nas organizações e é produzido como um processo isolado do contexto aplicado (p, 164).

As pesquisas realizadas pelo CFP (Bonfim et al,1992 & Bonfim, 1994) anunciam a ampliação das áreas tradicionais da psicologia, bem como, o surgimento de novas áreas, como: psicologia social, psicologia jurídica, psicologia ambiental, psicologia do trânsito, psicologia do esporte. Entretanto, consideramos mais uma vez essa ampliação como uma tendência, pois caso contrário seria de se esperar encontrar publicados na revista, trabalhos com os grupos de movimentos sociais, mulheres, detentos, usuários de drogas, sem teto, terceira idade, hipertensos, uma vez que esses, referem aos usuários das áreas citadas. Além, obviamente, de um número mais expressivo de trabalhos nas áreas tradicionais.

A ampliação dos serviços dos psicólogos de fato está atingindo outros grupos além daqueles tradicionais (estudantes, trabalhadores, pacientes) mostrando uma tendência de deselitização da psicologia na medida em que atenda outras esferas sociais. Contudo, a expressão desses trabalhos ainda é tímida em quantidade e diversidade dos grupos focalizados nos trabalhos/pesquisas publicados na revista Psicologia: Ciência e Profissão demonstrando que talvez a ampliação ainda não tenha chegado a campo ou não estejam sendo publicados seus resultados.

FIGURA V – Principal Tema em Foco



Algumas das questões apontadas nas Figuras III e IV aparecem também na Figura V. Imediatamente notamos que mais uma vez é reafirmada, na Figura V, a tendência em haver maior discussão sobre intervenção psicológica na clínica/consultório, atingindo 26% do total de trabalhos analisados, além da concentração de trabalhos discutindo a formação e a prática profissional do psicólogo, sendo este tema responsável por 19% do total de trabalhos analisados. Observamos ainda o reaparecimento, na Figura V, da quantidade incipiente de trabalhos que discutem a intervenção na escola (8%) e a intervenção em organizações (8%). A Figura sugere também uma tendência de crescimento de trabalhos que discutem a intervenção psicológica na comunidade (12%) e a intervenção psicológica na saúde pública (15%). Os trabalhos cujo tema principal é o debate de questões teórico-conceituais somam 12% do total de trabalhos analisados. Cada um desses trabalhos narra aspectos de epistemologia, da legislação e de constituição do sujeito.

Nas pesquisas realizadas pelo CFP em 92 constatou que houve no trabalho do psicólogo dentro das organizações uma ampliação de função, de técnica para estratégica, onde o psicólogo passa a preocupar-se com a definição dos rumos da empresa, a saúde mental e a qualidade de vida do trabalhador (Zanelli, 1994, p. 136). Transformação similar ocorreu no ambiente escolar, pois Maluf indica que até a década de 1970 o psicólogo escolar ocupava-se em explicar e tratar a situação ensino/aprendizagem baseando-se em determinantes hereditários, utilizando testes psicométricos para validar suas explicações. A partir da década de 1980, a autora explica que ficou evidente o caráter reducionista deste tipo de pesquisa quando novos estudos mostraram que as interações sujeito/ambiente poderiam também explicar diferenças na aprendizagem (ibid, 1994, p. 161). Assim, os determinantes do comportamento do aprendiz passam a ser buscados não só na biologia ou na personalidade, mas também na história de vida e no meio social do aprendiz.

Mudanças como as descritas pelos autores acima e ocorridas na organização e na escola, mostram claramente uma transformação modo de atuação. Parece que está se delineando, nesses settings, um modelo distante daquele naturalizante e mais próximo de um modelo psicológico histórico-social. Outro fator mencionado pelos autores (Zanelli e Maluf) diz respeito a uma ampliação da função do psicólogo. Entretanto, com a pesquisa que realizamos constatamos que, se está havendo uma ampliação, ou os psicólogos não estão ocupando esses espaços ampliados, uma vez que o número de trabalhos referentes a esses settings e levantados em nossa pesquisa são, como dissemos acima, incipientes, ou se esses espaços estão sendo ocupados, os trabalhos desenvolvidos não estão sendo divulgados.

Para entendermos melhor os demais resultados mostrados na Figura V e o processo de transformação da psicologia precisamos conhecer alguns aspectos da psicologia social e da psicologia comunitária.

A psicologia social vem produzindo saberes desde 1921. Na década de 70, oriundos da insatisfação referente aos pressupostos ideológicos e abordagens teóricas, foram criados novos conceitos conhecidos como “Psicologia Social Crítica” (Bonfim, 1994, p.203).

Nos anos de 1980, com a criação da ABRAPSO ocorreu maior intercambio entre os profissionais intensificando os debates teóricos e metodológicos. Com os trabalhos desenvolvidos emergiram novas práticas voltadas para o meio ambiente e para a psicologia social (favelas, crianças de rua, sem-terra, mulheres, terceira idade) (ibid, 1994, p. 203). Na década de 90 a psicologia social avançou e se inseriu nas instituições que prestam serviços às populações que até então não tinham acesso aos serviços do psicólogo (ibid, 1994, p. 204).

Alguns psicólogos sociais consideram a psicologia comunitária como a prática da psicologia social no Brasil. Assim, todo trabalho realizado por psicólogos com movimentos sociais, saúde pública/coletiva, meio ambiente e outras seriam considerados práticas da psicologia social em comunidade (Bonfim, 1992, p. 134). Freitas, contudo, aprofunda o debate diferenciando psicologia *na* comunidade, psicologia *da* comunidade e psicologia (social) comunitária (1996, p. 72).

A autora explica que o termo psicologia *na* comunidade refere-se, principalmente, a ações desenvolvidas nas décadas de 60 e 70 através de projetos de universidades. O objetivo desses trabalhos era, essencialmente, tirar a psicologia dos consultórios e colocá-la a serviço das populações que não tinham acesso aos serviços do psicólogo. Somado a esse objetivo estava uma forte crise vivida pelos psicólogos em relação aos modelos importados e alheios à realidade brasileira. Buscando resolver a crise e descaracterizar a psicologia como ciência elitista e burguesa, esses psicólogos, que na sua maioria trabalhavam voluntariamente, acessando referenciais teóricos da sociologia, antropologia,

história, educação popular e serviço social, foram oferecer seus serviços à comunidade. Entretanto, a orientação teórica e metodológica era, segundo Freitas, pouco debatida, pois o foco dos profissionais era a ação, muitas delas assistencialistas, que poderiam empreender frente as comunidades carentes e oprimidas.

No final dos anos 80, o termo psicologia *da* comunidade ganha maior expressão referindo-se às práticas ligadas à saúde psíquica que envolviam a mediação de algum órgão prestador de serviços como, postos de saúde pública e instituições penais, que se constituíam no local onde o psicólogo desempenhava suas atividades. Sendo assim, a atuação do psicólogo passa a ser desenvolvida como uma demanda solicitada por uma instituição. Os psicólogos inseridos nesse movimento “defendiam que fosse desenvolvida uma psicologia menos acadêmica, menos intelectualizada, mais identificada com a população...adotando instrumentos oriundos das vertentes clínicas e educacionais” (Freitas, 1996, p. 73).

A psicologia comunitária, ou como tem sido chamada na América Latina, psicologia social comunitária, compreende o homem como sendo construído e constituído dialeticamente pelo contexto social e histórico. “Utiliza-se do enquadre da psicologia social, privilegiando o trabalho com grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientados para preceitos eticamente humanos” (ibid, 1996, p. 73).

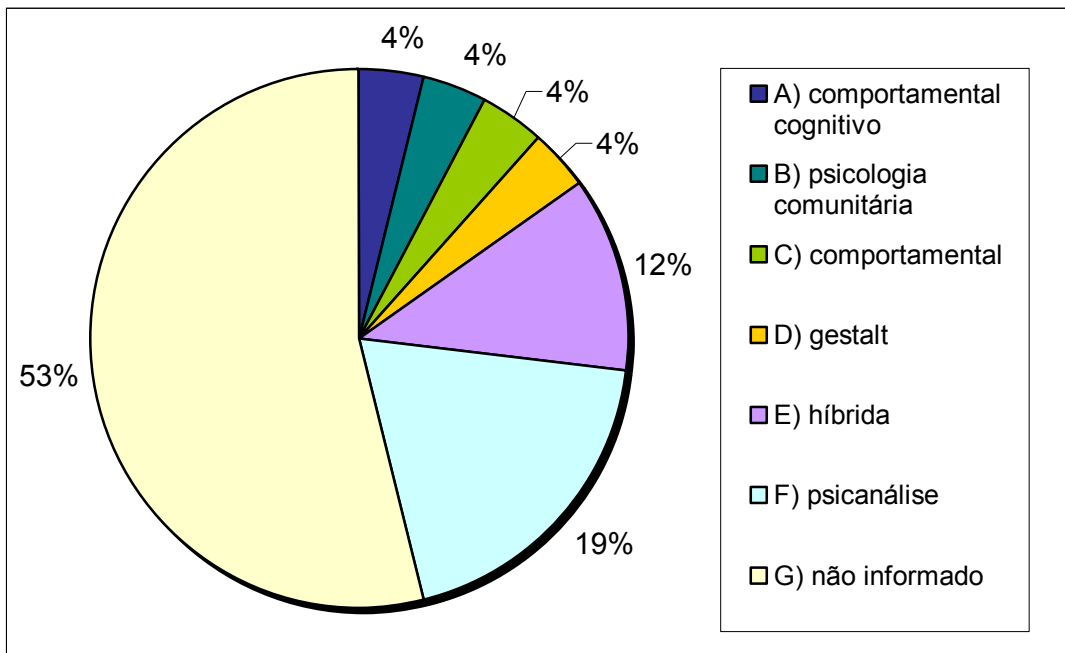
Ao agruparmos, em nossa pesquisa, as categorias para análise, nosso intento era somente separar as atuações psicológicas de saúde pública das atuações psicológicas comunitárias, sem a distinção se essas atuações eram na comunidade, da comunidade ou social comunitárias. Entretanto, neste ponto da pesquisa, pensamos ser necessário uma diferenciação dos trabalhos agrupados nessas categorias para melhor delinear o compromisso social do psicólogo, pois, como bem esclarece Lane (1996, p. 28), alguns

trabalhos comunitários por sua origem e objetivos paternalistas e assistencialistas impedem qualquer avanço tanto na ação como na conscientização. Sendo assim, a ocorrência em maior escala de trabalhos da psicologia social, psicologia na saúde pública ou psicologia comunitária, não caracterizam diretamente um compromisso social voltado para a transformação e para a emancipação humana.

Utilizando os conceitos apresentados por Freitas e expostos acima, podemos afirmar que, dos trabalhos cujo principal tema em foco foi a atuação do psicólogo em comunidades (12%), dois deles caracterizam-se como trabalhos de psicologia **na** comunidade, e um deles como psicologia **da** comunidade. Já os trabalhos cujo principal tema em foco foi a atuação do psicólogo na saúde pública (15%), apesar de terem sido realizados dentro de uma instituição, todos utilizam o referencial teórico que busca colaborar com a formação de consciência crítica, caracterizando-se desta forma como trabalhos de psicologia social comunitária e, conseqüentemente, caracterizados por ações mais preocupadas e comprometidas e direcionados à emancipação humana.

Entendemos que as ações paternalistas e assistencialistas podem ser justificadas pela época e pelos ideais da época em que foram realizadas, e importantes no processo de transformação das práticas psi, pois foi o movimento de transformação que a psicologia sofreu nessas duas últimas décadas, bem como, as insatisfações vividas pelos psicólogos, que levaram a essas transformações e possibilitaram que hoje os psicólogos possam oferecer seus serviços de maneira remunerada, debater sobre os referenciais teóricos e metodológicos utilizados no trabalho comunitário e diversificar e ampliar o foco de seu trabalho.

FIGURA VI – Referencial Teórico



O referencial teórico anunciado nos textos selecionados para análise pelos seus autores revela uma pulverização com índices significativamente baixos nas seguintes abordagens: comportamental cognitivo (4%), psicologia comunitária (4%), comportamental (4%) e gestalt (4%). No referencial chamado híbrido, no entanto, há uma elevação no percentual (12%). O resultado do referencial psicanalítico alcançou 19% do total, longe de representar a maioria evidenciada na pesquisa realizada por Bastos e Gomide (1988), o que parece mostrar uma mudança não só na filiação teórica, mas também na própria maneira de enxergar os sujeitos. Esta idéia ganha mais representatividade quando nos deparamos com o índice de 53% de textos cujo referencial não foi informado pelos autores.

O referencial teórico e metodológico utilizado pelo autor de qualquer trabalho revela, para além da teoria e dos métodos com os quais trabalha, a sua concepção de homem e de mundo. No caso das ciências do homem, aqui especialmente a psicologia, as divergências metodológicas e epistemológicas evidenciam oposições radicais, gerando

teorias e métodos polarizados ao definir e tratar os sujeitos. As divergências de idéias são tantas e tão grande que para evidenciá-las alguns psicólogos chamam a ciência psicológica de psicologias.

A pesquisa desenvolvida pelo CFP em 1988 revela informações significativamente diferentes daquelas apontadas na Figura VI. Nesta, Bastos e Gomide (1988) apresentam como resultado dos referenciais mais utilizados: “psicanálise”, 37,1%; brancos, 22,8%; outros, 19,1%; “análise”, 8,7%; “fenomenológico”, 6,8%; “gestalt”, 3,5 %; “psicodrama”, 2%. Observamos neste resultado o predomínio e, conseqüentemente, a preferência pelo referencial psicanalítico. Podemos notar também que algumas teorias citadas em 1988 não aparecem na Figura VI, assim como o inverso também é verdadeiro, algumas teorias citadas na Figura VI não aparecem na pesquisa do CFP. Contudo, são as categorias citadas nas duas pesquisas ou que guardam similaridades entre si que particularmente chamam a nossa atenção, sendo elas: psicanálise, branco e outros, as categorias apresentadas na pesquisa do CFP e; psicanálise, não informado e híbrido, categorias criadas em nossa pesquisa.

Bastos e Gomide (1988) enfatizam que o resultado da categoria “branco” (referencial não informado pelo autor) pode representar desconhecimento ou indefinição frente as teorias e métodos da psicologia. Já o resultado da categoria “outros” (aglomerado de diferentes rótulos teóricos e junções de teorias) une referenciais incompatíveis em seus pressupostos revelando déficit na formação.

Na Figura VI, nos deparamos com o surpreendente predomínio de trabalhos com referencial teórico não informado pelos autores, seguido de trabalhos com referencial psicanalítico que, por sua vez, é seguido de trabalhos com referencial híbrido. Diante desse resultado e das conclusões dos autores da pesquisa de 1988 no referente à orientação



teórica, vimos a necessidade de retornarmos ao material coletado para uma avaliação mais profunda.

Com efeito, observamos que os referenciais classificados como híbridos em nossa pesquisa não parecem trazer incompatibilidades teóricas ou metodológicas, caracterizando apenas uma extrapolação na maneira de conceber o sujeito, revelando a necessidade de apropriação de mais de uma abordagem teórica para dar conta da realidade investigada. Revela assim uma postura que privilegia o diálogo entre teorias.

Os referenciais psicanalíticos notadamente perderam espaço para referenciais classificados na Figura VI como não informado. Mas afinal, se não é informado, como saber que referencial é esse? Para qual direção ele aponta? Quais métodos ele pressupõe?

Bem, não nos atrevemos aqui a definir qual o referencial utilizado nos artigos, uma vez que nem mesmo os autores o fizeram. Entretanto, também não deixaremos o leitor sem resposta. Observamos que 25% dos trabalhos classificados como não informados tratam de questões epistemológicas, ou referem-se a descrição e compreensão ou ainda são revisões bibliográficas, fatos que explicam e justificam a inexistência da definição do referencial teórico. Os outros 25% dos trabalhos oferecem indícios sobre uma concepção de sujeitos inseridos em uma sociedade, influenciados e influenciando essa sociedade, além de uma evidente preocupação dos autores com as condições de vida desses sujeitos, conforme mostramos nos trechos abaixo:

Em nosso trabalho como psicólogos escolares, nessa perspectiva de agente de mudanças, temo-nos voltado basicamente para a constituição de grupos operativos com alunos, professores e equipe técnica, no sentido de encaminhar uma reflexão crítica sobre a instituição, incluindo o processo de ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno, as mudanças sociais que estão ocorrendo, evidenciando com isso,

a defasagem cada vez maior que se estabelece entre a escola e a vida. Dessa maneira, procuramos desfocar a atenção sobre o aluno como única fonte de dificuldades, como o único responsável e culpado pela crise geral pela qual a escola passa, propiciando uma visão mais global e mais compreensiva desta crise, procurando considerar todos os seus aspectos e, conjuntamente, encontrar formas alternativas de enfrenta-la (Andaló, 1984, v.1, p. 46).

é fundamental a criança e o jovem terem acesso a uma escolarização crítica. Não se trata de dar um pouco de aulinha para essas crianças, mas de organizar e de possibilitar uma escolarização crítica que propicie a compreensão de sua condição de vida. Assim, eles vão ter acesso a instrumentais e conhecimentos a que todos os cidadãos têm direito (Sass, 1988, v.1, p. 8).

A psicologia deve ser a ciência do sujeito e de sua libertação, e não a ciência do homem em geral e da integração social; a ciência do sentido, e não da palavra modelada pelas estruturas; a ciência do subjetivo e da criatividade, e não das mentalidades estereotipadas exigidas pela racionalidade técnica e tecnocrática...a psicologia deve abrir-se a possibilidade de tornar-se um conjunto de conhecimentos que facilitem ao homem reconhecer-se como sujeito de sua própria libertação (Malheiro e Nader, 1987, v.2, p. 13).

Tornar-se um profissional em Psicologia é assumir seu lugar como cidadão; é mais do que a coroação do êxito individual; é mais que o reconhecimento da competência para realizar um projeto de vida. É para mim. Um compromisso com um projeto coletivo, é assumir seu lugar no espaço público...Cada uma de nós, em

seus espaços individuais, tem compromisso com o espaço público, atua como agente de mudança nos limites de nossas competências (Santos, 1994, v. 1-2-3, p. 41).

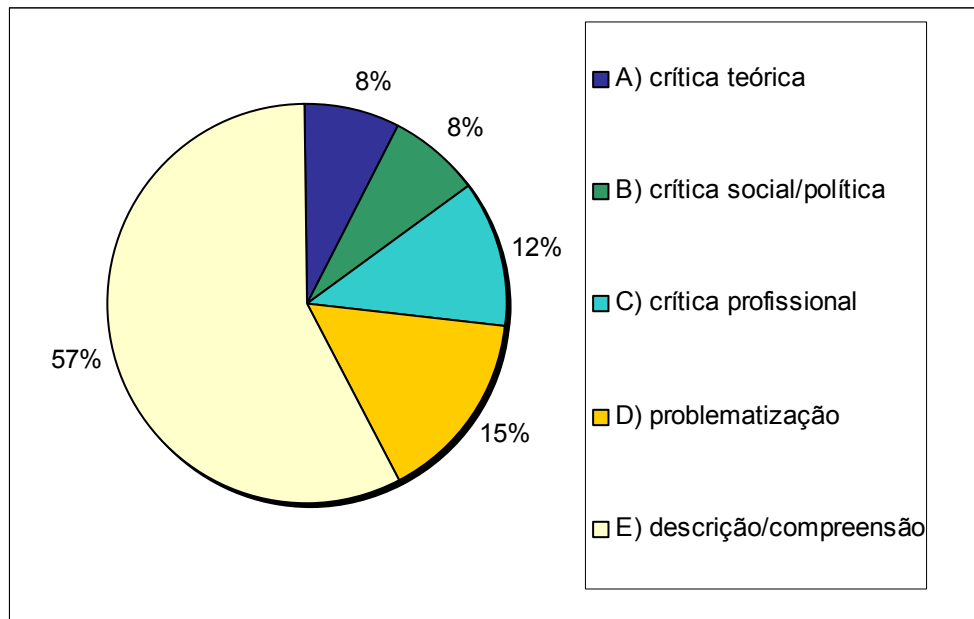
Como trabalhadoras da saúde mental... é que entendemos que Psicologia ... possibilita a produção de novos agenciamentos de singularizações que levam à mudança de vida, à construção de cidadania num plano cotidiano e, ao mesmo tempo, pelas transformações a nível dos grandes conjuntos sociais ( Reverbel, 1996, v1, p. 11).

A pesquisa realizada pelo CFP em 1994 já registrava uma perspectiva transformadora nos referenciais teóricos e metodológicos. Lo Bianco et al (1994) indicam o surgimento na clínica de um referencial teórico “construtivista” que toma a subjetividade como construída social e historicamente. Maluf (1994) alega que na educação essa transformação é expressa na busca de maior compreensão do significado do comportamento humano contextualizado abandonando, dessa forma, explicações de caráter genético ou ambiental. No âmbito organizacional, as mudanças alteram as bases explicativas de eventos, de um nível individual para um nível amplo e historicizado, afastando-se de uma visão reducionista (Zanelli, 1994). Na atuação do psicólogo social a perspectiva histórico-social torne-se pressuposto básico (Bonfim, 1994).

Bastos e Achcar (1994) explicam que essas mudanças aproximam os conhecimentos da psicologia daqueles produzidos pelas ciências sociais de modo a possibilitar a compreensão da historicidade humana e o entendimento dos contextos e das clientelas com as quais o psicólogo trabalha.

Pelo observado na Figura VI, identificamos que aquilo indicado como tendência em 1994 reaparece em nossa pesquisa indicando uma transformação para além dos referenciais teóricos e metodológicos, centrada na própria concepção que os psicólogos passam a ter dos sujeitos com quem trabalham.

FIGURA VII – Objetivo do Trabalho/Pesquisa



Os objetivos delineados nos textos analisados caracterizam a intenção do autor (segundo nosso ponto de vista) ao relatar o trabalho/pesquisa. A Figura VII mostra que 8% dos textos têm como objetivo a crítica teórica; com esse mesmo índice, 8% estão os trabalhos/pesquisa cujo objetivo é a crítica social/política. Os trabalhos/pesquisa que objetivam a crítica profissional somam 12% do total dos textos analisados. Totalizam 15% os trabalhos/pesquisa com objetivo de problematizar uma questão e finalmente com índice de 57% estão os trabalhos/pesquisas que têm o objetivo de realizar uma descrição/compreensão.

Ao observarmos a Figura VII, vemos imediatamente o elevado índice de trabalhos cujo objetivo é a descrição/compreensão de trabalhos/pesquisas, sendo os demais índices, crítica teórica, crítica social/política, crítica profissional e problematização, considerados baixos quando comparados ao primeiro. Observando cada uma das categoria realizamos a seguinte análise:

A insatisfação dos autores é evidenciada em 43% dos trabalhos analisados os quais têm por objetivo algum tipo de crítica, ou seja, os autores apontam em seus textos os aspectos negativos, insuficientes e deficientes de alguma teoria (crítica teórica), os aspectos negativos, insuficientes e deficientes da ação social/política (crítica social/política) e ainda os aspectos negativos, insuficientes e deficientes da atuação do psicólogo (crítica profissional), sendo este último alvo de um número maior de críticas, demarcando conseqüentemente, o descontentamento dos psicólogos com a atuação da categoria profissional a que pertencem, o que obviamente, não chega a ser uma surpresa já que, como foi dito na análise da Figura VI, a diversidade de modelos teóricos e metodológicos leva a polarizações dentro da própria psicologia gerando críticas dos psicólogos que se encontram num dos pólos das discussões sobre os que se encontram em outro pólo das discussões. O mesmo podemos dizer em relação aos trabalhos/pesquisas com objetivo crítico teórico.

Bastante pertinente, entretanto, são as críticas sociais/políticas encontradas nos textos analisados, destacadas abaixo:

A recessão carrega o aumento brutal do desemprego e com ele o desamparo. Enfim, cada vez mais se torna urgente uma ação concreta buscando prevenir/remediar/conhecer os efeitos desta nossa velha crise sobre a Saúde Mental dos nossos trabalhadores ... Embora todos nós reconheçamos a importância dos

‘movimentos de conscientização’, somos também todos nós forçados a reconhecer que são insuficientes quando se trata de combater condições objetivas. O massacramento da doença mental atende a forças econômicas e políticas ... Trago a debate, neste fórum nacional, a proposta de que as Doenças Mentais sejam consideradas, para efeitos legais como Doença Profissional, enquadrando-se na lei n.6.367, de 1976 (Codo, 1988, v.2, p. 21).

Assim, este trabalho visa interrogar em que paradigma sustentar intervenções conduzidas pela diferença e não pela discriminação; pelo rigor e não pela coerção; pela lei e não pela autoridade e como tornar possível inventar uma inserção comprometida com o acesso dessas crianças e adolescentes ao processo de cidadania ... Não é tarefa fácil identificar o lugar e a função do psicólogo na política atual de assistência aos meninos na sua relação com a rua. ... À propósito dos portadores de sofrimento psíquico temos pensado na ‘política da não exclusão’, que é distinta da inclusão. Para pensarmos a cidadania desses meninos e meninas, é preciso começarmos a indagar de que maneira cada um se organizou subjetivamente para responder pelas intempéries que a vida na rua lhes reservou. Não se trata de tornar o sujeito igual a todos os outros, de programá-lo para adaptar-se à sociedade, mas de que ele possa sustentar sua diferença sem ser excluído ou excluir-se do social (Ferreira, 2000, v.1, p. 16).

Como podemos observar, os textos destacam questões que envolvem direta ou indiretamente a atuação do psicólogo e a vida dos cidadãos além de reivindicarem mudanças nas políticas públicas.

Pensamos que os trabalhos/pesquisas que registram variados pontos positivos e negativos de uma mesma questão, ou seja, os textos que trazem alguma problematização oportunizam a ampliação e o enriquecimento do debate sobre a questão problematizada, seja esta teórica ou prática, podendo gerar varias pesquisas sobre cada um ou sobre todos os elementos levantados no texto, além de transformações no modo de pensar e de atuar do psicólogo.

Em mais da metade dos textos analisados (57%), por sua vez, estão os trabalhos/pesquisa com objetivo de expor minuciosamente os constituintes de um conceito, teoria, pesquisa ou modelo de atuação buscando levar ao entendimento da mesma, sendo estes trabalhos/pesquisa categorizados como descrição/compreensão. Este dado é indicativo da necessidade que os psicólogos têm de trazer a público o resultado de seu trabalho/pesquisa, registrando e sugerindo novas formas de pensar e atuar. Nesse caso, principalmente, novas formas de pensar, uma vez que, a maioria dos trabalhos trata de estudos teóricos (conforme mostra a Figura II). Por essa razão pensamos que possa haver a intenção tácita dos autores de promover, entre os leitores, a disseminação de suas próprias idéias mais do que relatar suas experiências, e assim se submeter a possíveis críticas em relação a sua atuação, pois, embora elaborações teóricas possam e, via de regra são, alvo de críticas, elas apresentam referenciais ou indicadores para intervenções que podem levar a possíveis resultados, enquanto os relatos de experiências apresentam o processo ocorrido e os resultados concretos, que podem ser positivos ou negativos, sendo dessa forma, passíveis de julgamentos. Como bem podemos ver na Figura VII, as críticas referentes à atuação profissional são maiores que as demais. Apresentar indicadores ou referenciais teóricos, por sua vez, também se faz necessário, embora sua adequação só possa ser atestada à luz da realidade. Mediante esses dados, nos parece que a Psicologia enquanto

ciência, tem revelado um avanço um pouco mais expressivo do que a Psicologia enquanto profissão.

A Figura VII parece demonstrar um ciclo de construção de conhecimento que se inicia com uma crítica ao que está estabelecido, segue com uma argumentação a crítica (problematização) e conclui com a descrição/compreensão de novos conceitos e, conseqüentemente, podem engendrar novos saberes e fazeres.



## CONCLUSÃO

O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado na revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, sofreu tantas transformações nas últimas décadas quanto a própria psicologia. Encontramos no interior e no decorrer desse processo de transformações, vertentes contraditórias revelando idéias, teorias e práticas psi direcionadas para a transformação da sociedade em direção a uma ética universal voltada para a emancipação humana; também encontramos teorias e práticas voltadas para a manutenção da ideologia dominante reprodutora da dialética exclusão/inclusão social; mas, principalmente, encontramos teorias e práticas orientadas concomitantemente para a manutenção e para a transformação social, revelando contradições, ambigüidades, dissonâncias e imbricamentos variados. Observamos, por exemplo, contradições dentro de um mesmo trabalho/pesquisa, onde profissionais buscavam a conscientização de grupos, mas utilizavam referenciais teóricos que continham em seus pressupostos aspectos alienadores da condição humana.

A pesquisa realizada focou, especificamente, um núcleo de divulgação da publicação científica da psicologia. Embora restrita, podemos com parcimônia generalizar ao resultados obtidos e compreender por seu intermédio, a realidade da atuação de profissionais psi no contexto brasileiro. Necessário entretanto ter clareza de que toda generalização é uma das possibilidades a ser confirmada ou negada com pesquisas futuras que venham a investigar as práticas psi divulgadas e também as não divulgadas. A realidade, nesse sentido, é sempre mais complexa do que as tentativas de sua explicação, necessariamente datadas, parciais e abertas.

Voltando aos resultados, constatamos que, nos artigos analisados há notadamente uma superioridade quantitativa de trabalhos em uma perspectiva clínica, assentados nos

modelos de saúde e doença, cuja clientela são os usuários tradicionais do consultório privado e os “novos” usuários da saúde pública<sup>20</sup>. Os temas debatidos se referem principalmente à atuação do psicólogo na clínica/consultório utilizando referencial teórico com perspectiva crítica: os pesquisadores criticam a atuação do psicólogo, evidenciando suas insatisfações e propondo a construção de novas pesquisas e novos métodos de intervenção que possa dar conta da realidade brasileira.

Parece contraditório? Pois é contraditório!

Vemos que o atendimento realizado na clínica/consultório tem se revelado mais um modelo e menos um local (setting) de atuação, pois a perspectiva médica em que se assenta é levada para os variados locais onde o profissional psi desenvolve seu trabalho. Contudo, esse modelo mostra uma transformação, ainda em curso em sua estrutura, uma vez que os(as) psicólogos(as) vêm adotando referenciais com perspectiva crítica – constata-se a interface com a psicologia social - e voltam-se ao atendimento em instituições públicas (postos, hospitais), estendendo assim os serviços a uma parcela da população até então expropriada do direito de usufruir desse serviço.

No entanto, se por um lado vemos o trânsito dessa transformação, por outro lado percebemos o ranço do modelo clínico, ainda que com a interface com o social. Ou seja, o sujeito que recebe atendimento é aquele portador de um problema, de uma doença ou de sofrimento psíquico que já está instalado.

Há que considerar a preocupação do psicólogo, em todas as áreas, com as condições de vida da população geral, com os problemas relativos à estrutura social e com as relações sociais. Contudo, observamos que poucas ações concretas foram geradas a partir dessas preocupações. De certa forma nos parece que os psicólogos desejam

---

<sup>20</sup> Apresenta-se aqui “novos” entre aspas porque na verdade se trata de uma demanda que sempre existiu, porém que vem sendo reconhecida pelos profissionais psi e pelo poder público mais recentemente.

promover mudanças visando a transformação social para a emancipação dos seres humanos e melhoria das condições de vida da população, entendem que é essencial a promoção dessas mudanças, no entanto, essa intenção não se objetiva em práticas.

Percebemos que quando o assunto é compromisso social, a atitude principal dos psicólogos que divulgam seus trabalhos na revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, tem sido a modificação na concepção que têm de sujeito, passando de uma visão naturalizada dos fenômenos psicológicos para uma visão onde os sujeitos, e conseqüentemente, os fenômenos psicológicos, são constituídos de modo concreto, histórico e social numa relação dialética sujeito/sociedade. Ainda que consideremos essa mudança um avanço em direção a um compromisso voltado para a transformação da sociedade em direção a uma ética universal emancipatória, entendemos que não são suficientes se não geram ações ou novos referenciais teóricos orientados na mesma direção, podendo até servir para escamotear a velha ideologia da neutralidade dos psicólogos e da psicologia.

O movimento de saída do psicólogo do consultório privado para as instituições públicas parece estar sendo a ação mais efetiva no sentido da promoção de transformações sociais, e mesmo permeado de incoerências, esse movimento permite o acesso da população sócio-economicamente desfavorecida ao atendimento psicológico. As ações advindas de outras áreas (psicologia clínica, psicologia organizacional, psicologia escolar) indicam esse movimento há mais tempo, porém se mostram insuficientes. Constata-se de modo geral que essas ações ainda são tímidas e que seria necessária uma maior mobilização da categoria reivindicando do Estado a contratação de mais psicólogos nos diversos setores da rede pública, além da construção de novos conhecimentos que sejam eficazes e apropriados para abarcar as necessidades de uma população que tradicionalmente é excluída nas teorias e métodos em psicologia que fundam e se assentam em princípios de normalidade.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa realizada atingiu os objetivos propostos colaborando com a análise das práticas psi em relação ao compromisso social do psicólogo, podendo assim auxiliar no debate e na reflexão dos próprios psicólogos e estudantes de psicologia acerca do projeto social que estão dispostos a construir. A análise tem, no entanto, seus limites na medida em que se restringe a um único periódico e a trabalhos divulgados na modalidade escrita. Abre-se assim a possibilidade de novas investigações na mesma direção, com outros periódicos ou cenários de divulgação das práticas psi que possam vir a colaborar ou refutar os resultados obtidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Achcar, R. & Bastos, A. V. (1994). Dinâmica profissional e formação do psicólogo: uma perspectiva de integração. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. Casa do Psicólogo. pp, 245-272.

American Psychological Association. (2001). Manual de publicação da A.P.A. Porto Alegre: ARTMED.

Andaló, Carmem Sílvia de Arruda (1984). O papel do psicólogo escolar. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 43-46.

Antunes, M. A. M. (2001). A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição. (2ª ed.). São Paulo: Unimarco/EDUC.

Antunes, M. A. M. (2004). A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In: Massimi e Guedes (orgs.)História da Psicologia na Brasil: novos estudos. São Paulo: EDUC; Cortez, pp. 109-152.

Arbix, G., Zilbovicius, M. & Abramovay, R. (Orgs.). (2001). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: UNESP/Edusp.

Arendt, H.(1987). A condição humana. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Arendt, H. (1993). A dignidade política. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Azevedo, M. A. & Menin, M. S. S.(1985) Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades deste encontro. São Paulo: Cortez/ FAPESP.

Bastos, A.V. B. (1988). Área de Atuação: em questão o nosso modelo profissional. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 163-193.

Bastos, A. V. (1992). A psicologia no contexto das organizações - tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo, pp. 55-124.

Bauer, M. W. & Gaskell. (2002). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Trad. Guareschi, P. (pp.189-217). Petrópolis: Vozes.

Bauman, Z. (1998). O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Blanco, Amalio (2001). Hacia una epistemologiaPsicosocial Latinoamericana: El Realismo Crítico de Ignacio Martín Baró. In: Caniato e Tomanik (orgs.) Compromisso social da psicologia. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, pp. 112-155.

Bock, A. M. (1999a). Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia. São Paulo: EDUC: Cortez.

Bock, A.M. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. In: Estudos de Psicologia. Natal: 4, (2), pp. 1-10

Bock, A. M. (Org.). (2003). Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez.

Bomfim, E., Freitas, M. F., Campos, R. H. (1992) Fazeres em Psicologia Social. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo, pp. 125-160.

Bomfim, E. M. (1994). Psicologia social, Psicologia do Esporte e Psicologia Jurídica. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. Casa do Psicólogo. pp, 2001-244.

Borges-Andrade, J. E. (1988). Avaliação do Exercício Profissional. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 252-272.

Camino, L. & Ismael, E. (2003). O papel da Psicologia nos processos de exclusão social. In: Psicologia social e direitos humanos. (pp.185-200). Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. In: Educação e Sociedade: revista quadrimestral de ciências da educação. São Paulo: Cortez. Ano 5, (16), pp. 74-84.

Campos, R. H. F. & Guareschi, P. (Orgs.) (2000). Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana. (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Caniato, A. M. & Tomanik, E.(Org.). (2001). Compromisso social da Psicologia. Porto alegre: ABRAPSOSUL.

Carvalho, A. A. (1988). Atuação psicológica: uma análise das atividades desempenhadas pelos psicólogos. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 217-235.

Castro, Fernando (2002). A problemática de definição de psíquico nos estudos de Wanderley Codo e colaboradores sobre o sofrimento psíquico e trabalho. In: Revista Psicologia: organizações trabalho. Florianópolis: UFSC, v.3, (1), pp. 111-134.

Chauí, M. (2001). O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense.

Codo, Wanderley (1988). Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2, pp. 20-24.

Coimbra, C., Rodrigues, H., Camino, L., Palazzo, L.& Guareschi, P. (1998). Psicologia, ética e direitos humanos. Brasília: CFP.

D'adorim, M. A . (1988). Emprego e Desemprego. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 138-148.

Deleuse, G. (2002). Espinosa: filosofia prática. São Paulo: Escuta.

Domínguez, B. (Coord.). (1990). Aportes críticos a la psicología en latinoamérica. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.

Doray, B. (1989). Da produção à subjetividade – referências para uma dialética das formas. In: Silveira, P. & Doray B. (Orgs.). Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. (pp.77-107). São Paulo: Vértice.

Drawin, C. R. (2003). O futuro da Psicologia: compromisso ético no pluralismo teórico. In: Bock (org.) Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez, pp. 55-74.

Duarte, N. (2001). Vigotski e o “aprender a aprender”, críticas às apropriações neoliberais e pós modernas da teoria Vigotskiana. (pp.71-157).Campinas: Autores associados.

Duran, A. P. (1994). Alguns dilemas na formação do psicólogo: buscando sugestões para supera-los. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. Casa do Psicólogo. pp, 273-310.

Ferreira, N. S. (2002). As Pesquisas denominadas “estado da arte”. In: Educação e Sociedade: revista quadrimestral de ciências da educação. São Paulo: Cortez. Ano 23. (79) pp. 254-272.

Ferreira, Tânia (2000). Os meninos e a rua – o psicólogo e os impasses da assistência. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 2-17.

Figueira, F. G. (1987). O trabalho como primeira necessidade humana: uma concepção da história. In: Cadernos do arquivo de História contemporânea. São Paulo:UFSCAR. (2).

Figueiredo, L. C. M. (1991). Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis: Vozes.

Figueiredo, L. C. M. & Santi, L. R. (2002). Psicologia, uma (nova) introdução. São Paulo: EDUC.

Fórum de Reflexão Universitária - UNICAMP. Desafios da Pesquisa no Brasil: uma contribuição ao debate. São Paulo em Perspectiva [on line] out./dec. 2002, v. 16, nº 4, p.



15-23. Available from world wide web:= ISSN0102-8839. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci\\_arttex&pid=S0102-88392002000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_arttex&pid=S0102-88392002000400004).

Acesso em: 10 maio 2005.

França, Kizzy & Ferraz, Maria Cristina C. & Sampaio, Maria Imaculada C. (2004). Avaliação da satisfação do usuário do Index Psi Periódicos: Principal fonte de Informação da Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-PSI). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

Francisco, A.L. & Bastos, A. V. (1992). Conhecimento, formação e prática - o necessário caminho da integração. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo, pp. 211-227.

Franco, M. L. (1994). Ensino médio: Desafios e Reflexões. (pp. 159-185). Campinas: Papyrus.

Freire, P. (2002). Educação e Mudança. (26ª ed.) São Paulo: Paz e Terra.

Freitas, Maria de Fátima Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: Campos (org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. (4ª ed) Petrópolis: Vozes, pp.54-80.

Frigotto, G. (1988). O enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: Fazenda, I. (Org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez.

Frigotto, G. (ano). Trabalho, não trabalho, desemprego: problemas na formação do sujeito. (pp.95-108). local: Perspectiva.

Furtado, O. (2000). Psicologia e compromisso social – base epistemológica de uma Psicologia crítica. In: Rev. Psicol. Soc. Instit. Londrina, 2, (2), pp. 217-229.

Gadotti, M. (2002). Educação e ordem classista. In: Freire, P. Educação e Mudança. (26ª ed.). (pp.9-14). São Paulo: Paz e Terra .

Goffman, E. (1975). A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes.

Gomide, P. I. (1988). A formação acadêmica: onde residem suas deficiências? In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 69-85.

Gould, S. (1999). A falsa medida do homem. (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Guareshi, P. (2001). Compromisso social da Psicologia. In: Caniato e Tomanik (orgs.) Compromisso social da psicologia. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, pp. 61-97.

Guedes, M. C.(1992) Atuação do Psicólogo Clínico. Análises de dissertações em periódicos brasileiros e de dissertações e teses defendidas no país no período 80/92. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo,pp. 11-22.

Guerra, A. M., Kind L., Afonso, L.& Prado, M. A. (2003). Psicologia social e direitos humanos. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Heller, A. (1972). O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Houaiss, A. & Villar, M. S. (2001). Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.

Jacques, M. G. (2002). “Doença dos Nervos”: uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In: Jacques& Codo, W. Saúde mental e trabalho. Petrópolis: Vozes.

Jacó-Vilela, A., Cerezzo, A. & Rodrigues, H. (Orgs.). (2001a). Clio-psyché ontem: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.

Jacó-Vilela, A., Cerezzo, A. & Rodrigues, H. (Orgs.). (2001). Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.

Jacó-Vilela, A., Rocha, M. L. & Mancebo, D.(Orgs.). (2003). Psicologia social: relatos na América Latina. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kahale, Edna M. P. (org.) (2002). A diversidade da Psicologia. São Paulo: Cortez.

Kerbaudy, Rachel Rodrigues (1983). Terapia comportamental cognitiva: uma comparação entre perspectivas. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v.2, pp. 11-23.

Langenbach, M. & Negreiros, T. C. (1988). A formação complementar: um labirinto profissional. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 86-99.

Lane, S. & Sawaia, B. (Orgs.). (1994). Novas veredas da Psicologia Social. São Paulo: EDUC.

Lane, Silvia T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: Campos (org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. (4ª ed) Petrópolis: Vozes, pp.17- 34.

Lehman, Y. P. (2001). A contemporaneidade e seus mitos: modos de subjetivação atuais. In: Caniato e Tomanik (orgs.) Compromisso social da psicologia. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, pp. 211-234.

Lo Bianco, A. C., Bastos, A. V., Nunes, M. L., Silva, R. C., (1994). Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. Casa do Psicólogo. pp, 7-80.

Ludke, M. & André, M. E. (1986). A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. (pp.38-45). São Paulo: EPU.

Maffesoli, M. (1995). A contemplação do mundo. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Magela, Geraldo. Universidades particulares e pesquisa científica no Brasil. Disponível em: <http://www.jc2288.com.br>. Acesso em: 10 maio 2005.

Maluf, M. R. (1994). Formação e atuação do psicólogo na educação: dinâmica de transformação. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. Casa do Psicólogo. pp, 157-200.

Martin-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. In : Estudos de Psicologia, 2, (1), pp.7-27.

Marx, K. & Engels, F. (2002). A Ideologia Alemã. (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Massimi, M. A. (1990). História da Psicologia brasileira: da época colonial até 1934. São Paulo: EPU.

Massimi, M. A (1998). História das idéias psicológicas: uma viagem no tempo rumo aos novos mundos. In: Romanelli, G. (Org.). Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa. (pp.11-31). Ribeirão Preto: Legis Summa.

Massimi, Marina (2004). As idéias psicológicas na produção cultural da Companhia de Jesus no Brasil do século XVI e XVII. In:Massimi e Guedes (orgs.) História da Psicologia na Brasil: novos estudos. São Paulo: EDUC; Cortez, pp. 27-48.

Massimi, Marina (2004). As idéias psicológicas no Brasil nos séculos XVII e XVIII. In: Massimi e Guedes (orgs.) História da Psicologia na Brasil: novos estudos. São Paulo: EDUC; Cortez, pp. 49-70.

Olabuenaga, J. I. R. & Ispizua, M. A.(1989). La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigación cualitativa. (pp.181-217). Bilbao: Universidad de Deusto.

Ortega, J. J. (Coord.). (2000). Psicología social y liberación en la América Latina. México: Universidad Autónoma Metropolitana.

Pacheco, G. & Jiménez, B. (Comp.). (1990). Ignacio Martín-Baró (1942-1989): Psicología de la liberación para América Latina. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.

Pasquali, L. (1988). Condições de trabalho do psicólogo. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 149-162.

Patto, M. H. (1985). Prefácio. In: Azevedo, M.A. & Menin, M. S. S. Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro. (pp. 9-12). São Paulo: Cortez.

Petersen, Á. Corsetti, E., Pedroso, E. & Ulrich, M. (1998). Ciências políticas: textos introdutórios. (4ª ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Proença, M. (Ed.). (2002). Editorial, normas de Publicação. Revista Psicologia Ciência e Profissão. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Quintana, M. (1998). Nova Antologia Poética. (7ª ed.). (p.85). São Paulo: Globo.

Rey, Fernando G. (2001). Os desafios teóricos da Psicologia Social e suas implicações para as ações e o compromisso. In: Caniato e Tomanik (orgs.) Compromisso social da psicologia. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, pp. 27-60.

Reverbel, Carmen Maria Fernandes (1996). Desinstitucionalização - a construção de cidadania e a produção de singularidade. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 16, pp. 4-11.

Rosas, P., Rosas, A. & Xavier, I. B. (1988). Quantos e quem somos. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 32-48.

Santos, Maria de Fátima de Souza (1994). Formar psicólogos para quê? In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1- 2- 3, pp. 40-41.

Santos, B. S. P. (2001). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. (8ª ed.). São Paulo: Cortez.

Sass, Odair (1986). Como aprendem os meninos de rua? In: *Psicologia: Ciência e Profissão*. CFP: Brasília. v. 1, pp. 5-8.

Sass, O. (1988). O campo de atuação profissional do psicólogo, esse confessor moderno. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon. pp. 194-216.

Sawaia, B. B. (1995). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: Lane e Sawaia (orgs.) Novas veredas da psicologia social. São Paulo: brasiliense: EDUC. pp. 157-168

Sawaia, B. B. (1999). Exclusão ou Inclusão perversa? In: Sawaia (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. (4ª ed) Petrópolis: Vozes, pp. 7-15.

Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. (4ª ed) Petrópolis: Vozes, pp. 97-118.

Sawaia, B. B. Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. Revista Psykhe, 8, (1), pp.19-25.

Sawaia, B.(Org.). (2002). *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (4ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Schneider, D. (1993). *Implicações da ideologia médico-psiquiátrica na educação*. Florianópolis: UFSC.

Silveira, P. & Doray B. (Orgs.). (1989). Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. São Paulo: Vértice.

Silveira, P. (1989). Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In: Silveira, P. & Doray B. (Orgs.). Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. (pp. 41-76). São Paulo: Vértice.

Sirgado, A. P. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. In: Educação e Sociedade Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. São Paulo: Cortez. Ano 21, (71), pp. 45-78.

Sivieri, L. H. (2001). O trabalho sob o neoliberalismo. In: Caniato e Tomanik (orgs.) Compromisso social da psicologia. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, pp. 156-170.

Spink, M. J. (Org.). (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. (2ª ed.). São Paulo: Cortes.

Tomanik, E. A. (2001). Da Crítica à Psicologia Social à Psicologia Social Crítica: compromisso, desafios e perspectivas. In: Caniato e Tomanik (orgs.) Compromisso social da psicologia. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, pp. 235-254.

Wanderley, M. B. (2002). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, B.(Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. (4ª ed.). (pp.16-27). Petrópolis: Vozes.

Witter, G., Witter, C., Yukimtsu, M. T., Gonçalves, C. L. (1992) Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no Brasil: perspectivas através de textos (1980-1992) In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo, pp. 23-54.

Witter, G., Bastos, A. V., Bonfim E., Guedes, M. C.(1992). Atuação do Psicólogo: Espaços e movimentos. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo, pp. 161-179.

Witter, G., Gonçalves, C. L., Witter, C., Yukimtsu, M. T., Napolitano, J. R. (1992). Formação e estágio acadêmico em Psicologia no Brasil. In: Conselho federal de Psicologia

(CFP). Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Átomo, pp. 181-210.

Valles, M. S. (1997). Técnicas Cualitativas de Investigación Social: reflexión metodológica y práctica profesional. (pp.109-139). Madrid: Universidad Complutense.

Verás, M. (2002). Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos. In: Sawaia, B.(Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. (4ª ed.). (pp. 27-50). Petrópolis: Vozes.

Vogt, Carlos & Knobel, Marcelo. Ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Revista Eletrônica de Jornalismo Científica. [10/08/2004] Disponível em: <http://www.consciência.Br/reportagens/2004/08/01.shtml>. Acesso em: 10 maio 2005.

Zanella, A. V. (1995). A Ideologia Alemã: resgatando pressupostos epistemológicos da Abordagem Histórico-Cultural. Porto Alegre: PSICO, 26, (1), pp. 187-194.

Zanella, A. V., Balbinot, G. & Pereira, R. S. (2000). Re-criar a (na) renda de Bilro: analisando a nova trama tecida. In: Psicologia: Reflexão e crítica. Porto Alegre, 13, (3) pp. 539-547.

Zanelli, J. C. (1994). Movimentos emergentes na prática dos psicólogos brasileiros nas organizações de trabalho: implicações para a formação. In: Conselho federal de Psicologia (CFP). Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. Casa do Psicólogo. pp, 81-156.

Zanelli, José Carlos (2002). O psicólogo nas organizações de trabalho. Porto Alegre: Artmed.



## APÊNDICE

### Artigos analisados da Revista Psicologia: Ciência e Profissão

Andaló, Carmem Sílvia de Arruda (1984). O papel do psicólogo escolar. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 43-46.

Andery, Alberto Abib (1984). Trabalhos em comunidade: seu significado para a produção de novos conhecimentos científicos. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 30-33.

Bastos, Antonio Virgilio Bittencourt (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v.1, pp. 6-15.

Cardoso, Claudia Lins (2002). A inserção do psicólogo no programa saúde da família. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 2-9.

Carvalho, Cristina Vilela & Silva, Lúcia Cecília (1990). Atuação de psicólogos na saúde pública: dificuldades e possibilidades de trabalhos com grupos. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2-3- 4, pp. 20-24.

Codo, Wanderley (1988). Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2, pp. 20-24.

Do Valle, Luiza Elena Leite (2003). Psicologia escolar: um duplo desafio. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 22-29.

Ferreira, Tânia (2000). Os meninos e a rua – o psicólogo e os impasses da assistência. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 2-17.

Gomes, Laura dos Santos (1988). Um estudo de caso de encoprese em ludoterapia comportamental. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 3, pp. 54-61.

Guirado, Marlene (1991). As regras do jogo psicanalítico: da ética e da política na psicanálise. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1-2-3-4, pp. 20-27.

Guirado, Marlene (1992). Transferências e tranferências. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2, pp. 16-23.

Gomes, Heloisa Szymanski Ribeiro (1986). Terapia de família. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2, pp. 29-32.

Holanda, Adriano (1997). Os conselhos de psicologia, a formação e o exercício profissional. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 3-13

Yamamoto, Oswaldo H. (2000). A LDB e a psicologia. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 4, pp. 30-37.

Kerbauy, Rachel Rodrigues (1983). Terapia comportamental cognitiva: uma comparação entre perspectivas. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v.2, pp. 11-23.

Malheiro, Dirceu Pinto & Nader, Rosa Maria (1987). Contribuição a uma análise da Psicologia. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2, pp. 9-13.

Neves, Ana Maria Silva (1999). O psicólogo e o paciente-instituição: considerações teóricas acerca da intervenção. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2, pp. 44-49.

Paulon, Selmira Mainieri (1990). Resignificando as determinações históricas da seleção de pessoal. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 24-26.

Reverbel, Carmen Maria Fernandes (1996). Desinstitucionalização - a construção de cidadania e a produção de singularidade. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 16, pp. 4-11.

Ribeiro, Thais da Cruz Carneiro (2002). Acompanhar é uma barra: considerações teóricas e clínicas sobre o acompanhamento psicoterapêutico. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 2, pp. 78-87.

Rotondaro, Daniela Pacheco (2002). Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 3, pp. 8-13.

Sass, Odair (1986). Como aprendem os meninos de rua? In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 5-8.

Salazar, Roberto Moraes (1996). O laudo psicológico e a classe especial. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 3, pp. 4-11.

Santos, Maria de Fátima de Souza (1994). Formar psicólogos para quê? In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1- 2- 3, pp. 40-41.

Silva, Eduardo Pinto (2001). Ética, loucura e normalização: renovação da prática clínica a partir de um diálogo entre psicanálise e Michel Foucault. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 4, pp. 16-25.

Tractenberg, Leonel (1999). A complexidade nas organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva. In: Psicologia: Ciência e Profissão. CFP: Brasília. v. 1, pp. 14-29.